



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO- FACES
CURSO: PSICOLOGIA

**A INSERÇÃO DO ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA
INCLUSIVA E O PAPEL DO PSICÓLOGO NESSE PROCESSO**

LEYLAND GALLETTI DE MELO

BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO- 2008

LEYLAND GALLETTI DE MELO

**A INSERÇÃO DO ALUNO ESPECIAL NA ESCOLA
INCLUSIVA E O PAPEL DO PSICÓLOGO NESSE PROCESSO**

Monografia apresentada ao
Centro universitário de Brasília-
UniCeub, como requisito básico
para obtenção do grau de
licenciatura em psicologia da
Faculdade de Ciências da Saúde e
Educação. Professora-
Orientadora:
Ciomara Schneider

**BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO- 2008**

Sumário

Resumo.....	IV
Agradecimentos.....	V
Introdução.....	6
1. A escola inclusiva, a educação especial e as sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais.....	9
1.1 A escola.....	9
1.2 O que é a educação especial?.....	10
1.3 Escola inclusiva.....	11
1.4 Deficiências sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais:	
1.4.1 Deficiências sensoriais e incapacidades físicas.....	14
1.4.2 Deficiências mentais.....	15
2. A inserção do aluno especial na escola inclusiva.....	22
2.1 A Inclusão do aluno especial.....	22
2.2 O currículo estabelecido na escola inclusiva.....	23
2.3 O desafio da inclusão.....	25
3. O papel do psicólogo na inclusão escolar.....	28
3.1 Contextualização histórica da psicologia no contexto educacional, com ênfase na educação inclusiva.....	28
3.2 O papel do psicólogo na educação.....	30
3.3 Dificuldades no sistema Brasileiro no processo de inclusão.....	32
4. Discussão dos dados da pesquisa qualitativa.....	36
5. Considerações Finais.....	45
Referências Bibliográficas.....	49
Apêndices.....	53
Anexos.....	57

Resumo

Esta pesquisa constituiu-se em uma reflexão sobre a inserção do aluno na escola inclusiva e o papel do psicólogo no processo da inclusão, compreendendo a inserção do aluno especial nessa escola, analisando o projeto-pedagógico instituído, identificando o papel do psicólogo frente ao processo de inclusão e discutindo o papel da comunidade e da família no processo de inclusão.

O pressuposto deste trabalho é a sistematização do referencial teórico com análise dos aspectos observados durante a pesquisa sobre inclusão escolar, ressaltando a importância deste assunto, a pesquisa terá como foco principal, a elaboração de reflexões sobre o conteúdo, por meio de entrevistas com o psicólogo e professor de uma escola inclusiva e observações realizadas com alunos especiais, com o objetivo de contextualizar as hipóteses suscitadas.

O tema inclusão é considerado um tema divergente, pois implementa uma nova metodologia, desvinculando de antigos paradigmas, como aqueles implementados pela aprendizagem tradicional, por isso deve ser discutido com prudência, incluindo todos os agentes envolvidos nesse processo e analisando de maneira global, ou seja, abarcando o tema com integralidade.

No início deste trabalho, destacou-se definições importantes para facilitar a compreensão do leitor, definindo conceitos e características gerais sobre a escola, a educação especial, a escola inclusiva e as deficiências sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais. Em seguida, aborda-se a inserção do aluno especial na escola inclusiva, o currículo estabelecido na escola inclusiva e o desafio da inclusão.

Na seqüência, abordou-se questões referentes ao papel do psicólogo no processo da inclusão escolar, contextualizando a pesquisa nas dificuldades no sistema Brasileiro no processo de inclusão.

Ao final, se propôs uma reflexão sobre os dados coletados da pesquisa qualitativa, articulando com o referencial teórico.

Concluindo, observou-se que a escola, a equipe psicopedagógica, a família e a sociedade são parceiras no processo de inclusão e desenvolvimento do aluno, promovendo planejamentos estratégicos e reflexões sobre a inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo.

Palavras chaves: aluno especial, inclusão escolar, papel do psicólogo na inclusão escolar.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, meus familiares, amigos, e todos aqueles que colaboraram com a pesquisa.

Neste trabalho de conclusão de curso é essencial o apoio e a paciência daqueles que acompanham cada processo, ou seja, as dúvidas, angústias, ansiedades, por isso sou grata às pessoas que me acalentaram quando precisei.

Escola inclusiva é aquela que: “garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade, respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades”.(Revista Eletrônica de Educação, 2008).

As condições da inclusão circundam do esforço dos profissionais envolvidos no processo educacional, consistindo em uma expressão de uma confluência de um amplo conjunto de condições que tornam possível, para a maioria dos alunos com problemas de aprendizagem, uma resposta satisfatória nas escolas. Tais condições situam-se em três níveis diferentes relacionados: os contextos político e social, o contexto da escola e da sala de aula, compreendendo que a análise da inserção do aluno especial na escola inclusiva, e o processo de inclusão deve ser inserida nos diversos aspectos (Coll, 2004).

“Toda pessoa tem o direito à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem.” (Declaração de Salamanca, 1994). A escola é um local onde as pessoas se unem com um mesmo objetivo, aprender. Durante muito tempo, o acesso à escola não foi possível a um grupo de pessoas, o de portadoras de necessidades especiais. Com o tempo, foram surgindo novos espaços para esse grupo, como a criação de escolas especiais, no qual os alunos com necessidades diferenciadas e individuais foram acolhidos e obtiveram o direito a uma educação de qualidade. Mas, apenas essa mudança não solucionaria os problemas.

Analisando este aspecto, criou-se a escola inclusiva e é neste contexto que a pesquisa circunda, ou seja, verificando o funcionamento da escola, enfocando o processo de inclusão dos alunos especiais, além de compreender o papel do psicólogo nesse contexto. “O princípio

fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças apresentem. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.” (Declaração de Salamanca,1994).

O ambiente escolar deve abarcar todos os tipos de alunos, independentemente de suas necessidades especiais. O convívio com o diferente deve ser valorizado, despertando respeito entre os alunos e levando a uma formação mais rica para os mesmos (Carvalho, R. E.1999). Assim, o aluno dito “normal” pode aprender sobre respeito e cidadania com os alunos portadores de necessidades especiais e esses últimos podem enriquecer suas habilidades, a partir da convivência com os primeiros. Propõe uma mudança na própria estrutura educacional para receber o aluno com necessidades especiais, sem impor limites à criatividade e ressaltando as diferenças.

Segundo Torezan (1999) a educação como direito de todos, constitui um problema político, social, e psico-pedagógico, modificando as estruturas tradicionais da educação inclusiva. O papel da psicologia consiste em promover tais mudanças a fim de que se possa consolidar em ações efetivas nesse processo.

A finalidade primordial desse trabalho consiste em compreender e contextualizar a inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo no processo de inclusão, conhecendo a inserção do aluno especial em uma escola inclusiva, analisando o projeto-pedagógico instituído pela escola, identificando o papel do psicólogo frente ao processo de inclusão e discutindo o papel da comunidade e da família no processo de inclusão. Por fim,

refletindo sobre uma nova proposta diante das emergentes necessidades de reestruturação da educação especial e inclusiva.

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, de acordo com Campos (2000), com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos sobre a inclusão do aluno especial em escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo. Para a coleta de informações, serão utilizados: entrevistas estruturadas (Bard, J.F, 1995) e semi-estruturadas e observações das relações interpessoais com os alunos, professores e o psicólogo da instituição. Sendo assim, realizar-se-á reflexões a cerca da teoria e da prática contextualizando o tema.

No primeiro capítulo descreve-se conceitos sobre a escola, a educação especial, a escola inclusiva e as deficiências sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais, compreendendo a importância das definições para relacionar com a prática.

No segundo capítulo aborda-se a inserção do aluno especial na escola inclusiva, pontuando a inclusão do aluno especial, o currículo estabelecido na escola inclusiva e o desafio da inclusão, verificando os principais aspectos envolvidos nesse processo.

No terceiro capítulo analisa-se o papel do psicólogo no processo da inclusão escolar, contextualizando historicamente o papel da psicologia no contexto educacional, enfatizando a educação inclusiva e contextualizando a pesquisa nas dificuldades no sistema Brasileiro no processo de inclusão.

No último capítulo discutir-se-á os dados analisados das aplicação da pesquisa qualitativa e descritiva, articulando os conhecimentos teóricos com aqueles vivenciados no decorrer das aplicações sobre o tema: a inserção do aluno na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo.

Capítulo 1. A escola inclusiva, a educação especial e as sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais.

1.1 A escola

A educação apresenta no cenário de desenvolvimento da sociedade, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (Revista Eletrônica de Educação, 2005).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (p. 1).

A escola é o local, no qual, os educandos têm acesso aos conteúdos curriculares, para que o objetivo do aprendizado seja alcançado, a escola deve se organizar a garantir a ação pedagógica adequada de maneira contribuir ao processo de aprendizagem dos alunos, desde a educação básica ao ensino superior, preparando no viés da formação de cidadãos e na sua qualificação para o trabalho.

Segundo Patto (1997) a escola tornou-se um objeto de controvérsia, visto que, abrangendo parcelas da população de todas as idades, iniciando cedo na infância, tornou-se objeto de discussão, principalmente no sistema Brasileiro. As reflexões consistiam desde práticas, pedagógicas, sistemas curriculares, avaliações, rendimentos exigidos dos alunos em determinado lapso de tempo, dentre outros aspectos.

Historicamente, no início, o Brasil adotou metas desenvolvimentistas, propondo reformas educacionais preocupando-se em instrumentalizar a escola com o foco na economia. Posteriormente, surgem divergências teóricas e ideológicas, apontando veementemente cisões nos programas de ensino, o processo de ensinar, a relação interpessoal dos alunos e professores, as sanções e critérios de avaliação que produziram os presumíveis resultados não cognitivos, repudiados por alguns profissionais e aceitos por outros, enfim, conforme os aspectos mencionados, observa-se que existem posições diversas sobre o papel da escola na sociedade.

Portanto, refletir-se-á a representação da escola nesta pesquisa, considerando as divergências teóricas e práticas, apontando nesse contexto a educação especial e inclusiva, aprofundando o tema sobre o processo de inclusão do aluno especial.

1.2 O que é a educação especial?

São significativas as informações sobre o atendimento às pessoas com deficiência, podendo-se constatar que até o século XVIII as noções sobre a deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções da realidade. Segundo Mazzota (1994, p. 16) “O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criados”.

Segundo Sasaki (1997) no início do século XX, com o processo de industrialização gerou-se mudanças sociais e descobertas científicas, surgindo alguns esclarecimentos sobre problemas congênitos, disfunções sensoriais e distúrbios mentais e físicos. Após a II Guerra Mundial instalou-se um campo fértil para discussão dos direitos que garantissem igualdade e fraternidade entre os seres humanos. Para isso, foram elaborados documentos e pela sua

importância pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Que em seus artigos 1o e 2o. relata que:

(...) todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito, sem distinção alguma, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação, assegurando as pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a sua vida digna, a educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e a livre participação na vida da comunidade.

Após um período de teoria baseada na exclusão surge na década de 90, com a Declaração de Salamanca (1994) a qual teve como objetivo a discussão a atenção aos alunos com necessidades especiais reafirma-se o compromisso com a educação para todos (Declaração de Jomtien, 1990), reconhecendo-se a necessidade e urgência da educação para as crianças, jovens e adultos com deficiência. Diante desta Declaração o Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos estabelecidos, que pretendem implementar o sistema de educação inclusivo.

Segundo Enumo (2005), “a inclusão dos portadores de necessidade educativas especiais ¹(NEE) tem sido proposta norteadora e dominante na Educação Especial e da Educação em geral, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo-se o Brasil” (p.1). [grifo nosso]

A proposta de integração escolar foi elaborada em 1972, na Educação Especial, por um grupo de profissionais da Escandinávia, liderados por Wolfensberger, na forma do chamado 'princípio de normalização'. Este princípio fundamenta-se no conceito em que todos os indivíduos portadores de deficiências têm o direito de usufruir condições de vida o mais "normal" possível, no meio em que vivem. Ou seja, oportunizar que essas pessoas tenham

¹ O autor utilizou esse termo, mas, atualmente, a nomenclatura está alterada.

direitos e garantias como àquelas consideradas normais pela sociedade (Cardoso, 1992; Carvalho, 1994; Glat, 1998, citado em Enumo, 2005). Sendo assim, caracterizando-se como parte fundamental de todo o processo educacional.

A educação especial, regida pela LDB (1996) como mencionado anteriormente, é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos de portadores de necessidades especiais. Sendo assegurado a essa clientela, apoio e serviços especializados, na escola regular em local mais propício, desde a educação infantil ao ensino fundamental na rede pública.

O objetivo dessa lei consiste em efetivar a integração na vida em sociedade, inclusive oferecer condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentarem uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.

1.3 Escola inclusiva

Escola inclusiva é aquela que: “garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades” (Revista Eletrônica de Educação, 2005).

A participação de um processo consiste em considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações (Pedrineli, 2008). Diante desses argumentos, sugere-se que a inclusão de crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais funcione através de trocas, entre professor e aluno, modificando a estrutura do processo de aprendizagem tradicional, construindo um novo projeto pedagógico com qualidade; abrangendo também, as necessidades emergentes das situações neste

contexto, incluindo todos os agentes responsáveis para o alcance dessa proposta, seja os gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Sendo assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer o alunado, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Observa-se, a inclusão nesse contexto quando os conteúdos e conhecimentos propostos podem ser flexibilizados, facilitando o aprendizado.

Um dos entendimentos sobre o tema é que este propõe reflexões sobre o ensino regular e inclusivo, tendo como uma das conseqüências motivar as escolas a reconsiderarem sua estrutura, metodologia de ensino, a formação de grupos de alunos e o uso do auxílio a fim de responder às necessidades percebidas apresentadas dos alunos. Os professores, em colaboração, com esta nova perspectiva, buscam oportunidades para examinar novas maneiras de envolver todos os alunos a partir da experimentação da inclusão. Nota-se, que deve haver um acesso planejado a um currículo amplo e equilibrado, desenvolvido desde seus fundamentos como um currículo para todos os alunos (Revista Eletrônica de Educação, 2005).

Di Palma (2003) aponta algumas dificuldades de implantação da educação inclusiva como os contextos: político, econômico, social e educacional brasileiro, de modo a compreender os desafios desta implementação.

“No Brasil, a implementação de propostas relacionados aos portadores de necessidades especiais é muito difícil. Não apenas na área educacional, mas também no que diz respeito a emprego e direitos. Essa dificuldade reflete a predominância de uma perspectiva assistencialista que, apesar de todas as lutas e leis instituídas, ainda está diretamente vinculada a iniciativas e disposições individuais” (Di Palma, 2003).

A Constituição Federal estabelece como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º inc. II e III), e como um de seus objetivos fundamentais a

promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e credo. Também preconiza o direito à igualdade (art. 5º) e a educação para todos indistintamente. Associada a estes artigos, a LDB (1996), em seu capítulo sobre Educação Especial: descreve que para os educandos portadores de necessidades especiais, será disponibilizado ensino preferencialmente na rede regular de ensino. Observando que o aluno receberá dentro desse contexto apoio especializado.

A inclusão de necessidades especiais no ensino regular implica diversas modificações em âmbitos significativos, desde a modificação no próprio ensino, incluindo o planejamento pedagógico, a estrutura física da escola, a formação dos professores; nos âmbitos políticos e econômicos, os agentes responsáveis desconsideram aspectos cruciais como a adequação da infra-estrutura para receber os alunos com necessidades especiais dentre outros auxílios necessários; esclarecimentos políticos em relação aos direitos humanos, e a própria conscientização sobre inclusão na comunidade e nas famílias, estruturas complexas que devem modificar a forma de lidar com a educação especial e sua inclusão, e a princípio não se encontram preparadas para aceitarem tais mudanças.

1.4 Deficiências sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais.

1.4.1 Deficiências sensoriais e incapacidades físicas

Segundo o Código das Necessidades Educacionais Específicas (DfES, 2001^a, citado em Farrel, 2008) descreve que: “Existe um amplo espectro de dificuldades sensoriais, multissensoriais e físicas. A variação sensorial vai de uma profunda e permanente surdez ou um comprometimento visual até níveis menores de perda, que podem ser apenas temporários. As deficiências físicas podem decorrer de causas físicas, neurológicas ou metabólicas. Algumas requerem somente um acesso apropriado às oportunidades e equipamentos educacionais; outras podem levar a necessidades sociais e de aprendizagem mais complexas;

algumas crianças terão dificuldades multissensoriais associadas as físicas. Para algumas destas, a incapacidade de participar plenamente da vida escolar causa estresse emocional ou fadiga física significativos (DfES, 2001, capítulo 7, seção 62).

Segundo Farrel (2008), as deficiências sensoriais e as incapacidades físicas também podem ser analisadas no contexto da definição legal de necessidades educacionais específicas na Lei de Educação de 1996. A Lei fornece uma definição em que uma “dificuldade de aprender” pode levar a uma “dificuldade de aprendizagem”, acarretando uma provisão educacional especial, constituindo uma necessidade educacional especial, ou seja, uma incapacidade só é considerada uma NEE quando origina uma dificuldade de aprendizagem que requer uma provisão educacional específica.

A seguir serão apontadas as deficiências mais relevantes dentro do espectro daquelas consideradas sensoriais e incapacidades físicas.

Deficiências sensoriais:

As principais causas das *deficiências visuais* têm sido relacionadas em amplas categorias, incluindo doenças infecciosas, acidentes e ferimentos, envenenamentos, tumores, doenças gerais e influências pré-natais, inclusive a hereditariedade. Outras causas da deficiência visual, de natureza predominantemente hereditária, como a catarata, a atrofia do nervo ótico e o albinismo, continuam sendo razoavelmente constantes em qualquer faixa etária. Os fatores hereditários ainda são uma causa de deficiência visual muito mais freqüente do que as doenças e os acidentes, sendo que ambos parecem estar declinando devido medidas mais eficazes de controle e educação (Gallagher & Kirk, 1996).

De acordo com Castro (1994) a visão subnormal significa uma diminuição na capacidade visual, que se deve a uma conseqüência na acuidade visual e/ou diminuição a sensibilidade de contraste, variando de acordo com fatores tais como mudança de iluminação, familiaridade e complexidade da tarefa, fadiga ou características de alguma condição de

saúde. Pode ser classificada quatro grupos, o grupo 1- o resíduo visual é muito pequeno por isso o ensino é feito através do Braille; o grupo 2- pode ser beneficiado com algum tipo de auxílio óptico; o grupo 3- devido aos auxílios ópticos apresentam algum resultado na aprendizagem e finalmente o grupo 4- são os maiores beneficiados com os auxílios de aprendizagem, apresentam um bom desempenho.

A adaptação à perda sensorial tem implicações profundamente pessoais, sociais e educacionais. Um programa de educação especial deve envolver diversas áreas de desenvolvimento e ajustamento, para que o processo de inclusão seja eficaz.

Ao ingressar na escola a criança com deficiência visual deverá ter um professor ou outro profissional responsável para fazer a adaptação deste aluno na escola, ajudando-a a se localizar no ambiente. O ambiente da sala de aula deve ser cuidadosamente considerado: a iluminação, o uso de apresentações táteis, com dísticos em braille, e todos os recursos impressos que podem facilitar a aprendizagem do aluno (Farrel, 2008)

As *deficiências auditivas*, segundo Farrel (2008), “a surdez pode ser resultado de uma doença ou ferimento no ouvido, embora a surdez profunda habitualmente seja congênita. Na surdez sensorio-motora, os “sons” que atingem o ouvido interno não são transmitidos para o cérebro em virtude da lesão nas estruturas do ouvido interno ou no nervo acústico. Os defeitos do ouvido interno podem ser: congênitos, lesões no que ocorreram no nascimento, devido a danos no feto em desenvolvimento. Ainda pode-se mencionar que o ouvido interno pode ser prejudicado depois do nascimento por uma icterícia grave. A surdez condutiva ocorre quando o som não se propaga adequadamente do ouvido externo para o interno, devido a danos no tímpano ou em ossos do ouvido interno, as formas mais comuns são: otite média e a otite média perfurada.”

Ainda mencionando o mesmo autor, relata que entre as implicações da deficiência auditiva estão relacionadas às habilidades visoespaciais, memória de curto prazo e

organização espacial. As crianças surdas apresentam um desempenho superior nas tarefas consideradas visuoespaciais, podendo ser influenciado pela habilidade do uso dos sinais, ou ao fato de as crianças surdas prestarem maior atenção aos aspectos visuais do ambiente, entretanto o mesmo êxito não se verifica em teste de memória a curto prazo, lembrando menos itens do que os participantes com audição normal (por exemplo, Campbell & Wright, 1990), por fim, quanto a organização cerebral, as pessoas com esta deficiência, possuem lesões no hemisfério esquerdo, apresentando dificuldades na linguagem, tanto na expressão quanto compreensão semântica.

O apoio a essa deficiência pode ser fornecido de diversas formas, como por meio de uma abordagem oral/auricular, com uma abordagem de comunicação total ou pela língua britânica de sinais, levando em consideração que a oral/auricular deve estar em perfeito estado, para que o objetivo do aprendizado seja alcançado, e a essa última, tem como característica apoiar o professor ou auxiliar de apoio por sinais, coordenando-os cuidadosamente para que não entrem em conflito com as explicações da professora. O apoio na linguagem de sinais pode envolver interpretar a lição e/ou fornecer pré ou pós-tutoramento.

Em relação às incapacidades físicas e motoras, Farrel (2008) considera como principais: espinha bífida e hidrocefalia, distrofia muscular, paralisia cerebral, epilepsia, e perda ou lesões em membros.

A *espinha bífida* é uma condição em que uma ou mais vértebras não se fecham adequadamente, deixando nervos exposto. Os efeitos se dão principalmente pelo local da lesão e a extensão de dano aos nervos. Constata-se que muitas crianças com espinha bífida possuem *hidrocefalia*, podendo ser influenciados por fatores genéticos ou ambientais. Os sintomas relevantes são: paralisia total ou parcial das pernas, da bexiga e do intestino, dificuldade em atividades que envolvam braços e mãos, habilidades motoras finas comprometidas, problemas circulatórios e deficiência visual. Alunos com essa deficiência exigem auxílio em dificuldades

motoras e espaciais, como por exemplo um escrevente, mas podem adquirir desempenho igual às aquelas que não a possuem.

“As *distrofias musculares* são transtornos musculares genéticos, progressivos, em que a perda de fibras musculares genéticos, progressivos em que a perda de fibras musculares leva a músculos definhados e enfraquecidos. Embora alguns tipos afetem ambos os sexos, a distrofia muscular de Duchenne, a forma mais comum, afeta mais os meninos. A expectativa de vida de crianças e jovens com distrofia muscular é reduzida, e alguns morrem no final da adolescência” (Farrel, 2008, p. 81).

O principal sintoma é um enfraquecimento dos músculos, os alunos, geralmente, necessitam de auxílios para a mobilidade, tais como calibradores e bengalas, e, dependendo da situação o uso de cadeira de rodas, no estágio avançado da doença é imprescindível o apoio de aprendizagem.

A *paralisia cerebral* é um comprometimento físico que afeta os movimentos e apresenta diferentes formas: espasticidade (transtorno no controle dos movimentos), atetose (perda da postura e movimentos involuntários) e ataxia (caracterizada por marcha instável e problemas com o equilíbrio). Os sintomas incluem quadriplegia (os quatro membros são afetados), hemiplegia (um lado do corpo é afetado) ou paraplegia (os braços e pernas são atingidos), controle insuficiente da cabeça, dificuldade de articulação, epilepsia, problemas de percepção visual dentre outros. A maioria das crianças precisa de um programa de fisioterapia e terapia ocupacional e serviço pedagógicos adequados.

A *epilepsia* é “uma condição neurológica caracterizada por crises convulsivas recorrentes, isto é, súbitos episódios de atividade elétrica descontrolada no cérebro. Elas estão associadas a convulsões, espasmos musculares, movimentos involuntários e mudanças na percepção e no estado de consciência” (Farrel, 2008 p. 84).

Os fatores causais relacionados à epilepsia são complexos, podendo ocorrer esse quadro devido um acidente, seguido de hemorragia cerebral, infecções cerebrais, como meningite ou encefalite, ou infecções causadoras de abscessos no cérebro, a falta de oxigenação ao nascimento também podem causar a lesão cerebral, levando posteriormente a epilepsia, fatores genéticos também podem associar-se a epilepsia.

A epilepsia pode estar vinculadas a dificuldades de aquisição (absorção de informações), retenção, processamento e categorizações de informações e formulação de expressão (verbal e escrita). Observa-se que estes alunos precisam de um acompanhamento psico-pedagógico que os ajude a lidar com a auto-estima baixa e demais dificuldades na inclusão.

Os danos de membros ou perdas destes, seja de maneira parcial ou total, podem ser congênitas ou adquiridas, podendo usar membros artificiais ou cadeira de rodas, muletas ou bengalas. No programa de educação, os alunos com deficiências em membros devem ser encorajados a ser o mais independentes possível.

1.4.2 Deficiências Mentais:

Diversas áreas do conhecimento, como a medicina, a psicologia, o serviço social tentam definir o tema: deficiência mental, entretanto, a conceituação mais empregada, estipulada pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD) relata que: a deficiência mental refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que coexiste com falhas no comportamento adaptador e se manifesta durante o período de desenvolvimento (Grossman, 1997).

A Associação Americana de Deficiência Mental aponta as principais agentes causadores: infecção e intoxicação, trauma ou agente físico, metabolismo ou nutrição, doença

grave, influência pré-natal desconhecida, anormalidade cromossômica, distúrbios genéticos dentre outros (Grossman, 1977).

Abordar-se-á as seguintes deficiências neste trabalho: síndrome de down, X frágil, citomegalovírus, fenilcetonúria, agentes tóxicos e doenças infecciosas e vírus.

Segundo Pochmann & Amorim (2006) a Síndrome de Down é uma doença cromossômica, caracterizada pela presença e expressão de três cópias de genes localizados no cromossomo 21, que constitui uma das causas mais frequentes de deficiência mental, compreendendo cerca de 18% do total de deficientes mentais em instituições especializadas.

Nos anos recentes, percebe-se um crescente interesse no que diz respeito às desordens hormonais, bioquímicas e nutricionais presentes na Síndrome de Down. Estudos têm procurado elucidar os mecanismos envolvidos na fisiopatologia de doenças associadas a essa síndrome, assim como os fatores contribuintes para o comprometimento do crescimento e desenvolvimento.

A segunda causa mais comum da dificuldade de aprendizagem é a síndrome do X frágil, caracterizada por envolver uma alteração no cromossomo X, as anormalidades cromossômicas estão implicadas em cerca da metade das incidências de dificuldades de aprendizagem grave. Entre outras causas estão as causas pré-natais está citomegalovírus (CMV), assim chamado porque aumenta as células que infecta, a mãe transmite a o vírus ao feto. Por fim a síndrome alcoólica fetal é outra causa das dificuldades de aprendizagem graves (Farrel, 2008).

A fenilcetonúria é uma outra condição causada por irregularidades genéticas, consistindo em defeito num único gene, que pode provocar retardo grave, e é responsável por aproximadamente um por cento dos indivíduos deficientes mentais em instituições. Embora essa condição seja claramente resultado de um distúrbio genético, é possível preveni-la atualmente através de uma dieta com baixos teores de fenilalanina, nos primeiros anos de

desenvolvimento da criança, portanto esse problema genético possui uma intervenção ambiental (Kirk e Gallagher, 1996).

Os agentes tóxicos e doenças infecciosas são aqueles agentes tóxicos ingeridos pela mãe durante o equilíbrio bioquímico interno. Vírus ou germes em forma de doenças infecciosas podem invadir o corpo e causar danos irreversíveis no sistema nervoso central. A rubéola, ou sarampo, sendo um vírus muito comum pode causar deficiência mental, se a mãe contrair a doença durante os três primeiros meses da gravidez, a encefalite é causada por vírus que provoca febre alta e possível destruição celular no cérebro, com efeitos a longo prazo. Estas condições são meramente ilustrativas diante de um grande número de doenças mentais (Kirk e Gallagher, 1996).

A identificação e as avaliações sobre as deficiências sensoriais, incapacidades físicas e as deficiências mentais incluem comprometimentos diversos, abrangendo dificuldades físicas, cognitivas, neurológicas, cabendo diante de cada caso oportunizar o tratamento adequado, e os suportes cabíveis no processo de inclusão.

Existem diversos casos de deficiências que geram necessidades especiais, entretanto, estes que foram mencionados, são os mais recorrentes na literatura. A seguir será apresentado como ocorre a inserção dos casos de alunos com necessidades especiais em escolas inclusivas.

Capítulo 2- A inserção do aluno especial na escola inclusiva

2.1 A Inclusão do aluno especial

Segundo Marsha Forest & Jack Pearpoint, (citado em Montan, 1997), o termo inclusão trata justamente de aprender a viver com outro, inclusão significa “estar com”, ou afiliação, combinação compreensão, envolvimento, continência, traduzindo em envolver pais, estudantes e membros da comunidade para ser parte de uma nova cultura, sendo todos os integrantes membros de uma realidade.

Inclusão não trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula, esta situação é o menor problema, porque a inclusão refere-se a lidar com a diversidade, como se lida com o diferente e com as distintas formas de elaboração de valores e moralidade. (Marsha Forest & Jack Pearpoint, citado em Montoan,1997).

Diante desses argumentos, entende-se que este tema faz uma reflexão sobre a própria democracia e cidadania, compreendendo as diferenças, criando novas maneiras de construir o mundo.

A inclusão não é um novo programa nem é algo que alguém “faz” para ou por outro alguém. Ela consiste em uma concepção espiritual profundamente enraizada que é vivida. Não se trata de um produto tendencioso nem de um modismo a ser descartado, nem é um novo rótulo: “crianças incluídas”. Nem um carro alegórico! As pessoas incluídas ou excluídas. Não se pode estar um pouco grávida, assim como não se pode estar um pouco incluída.(Marsha Forest & Jack Pearpoint,1997, citado em Montoan p.139)

Sendo assim, entende-se que deve-se realmente *pertencer a*, renovar um comprometimento com o outro e com o diferente, reesignificando valores e concepções, para que aja concretamente um postura mais assertiva diante das distinções.

Segundo Boneti (citado em Montoan,1997) a garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, num redimensionamento da escola no que consiste não apenas na aceitação, mas também na valorização das diferenças, ou seja, a noção da escola é que esta se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, considerando a educação inclusiva uma heterogeneidade como possibilidade de enriquecimento do grupo. Oportunizando no decorrer do desenvolvimento do aluno, a construção de uma nova sociedade.

A inclusão do deficiente na escola, sendo esta regular, alerta para a promoção de um ensino que corresponda não somente às necessidades específicas deste aluno, mas que corresponda aos interesses e necessidade de todos os alunos da classe.

Isto requer a adaptação do ensino que, entre outros aspectos, significa alocar os recursos humanos na escola para trabalharem conjuntamente no sentido de desenvolver métodos e programas de ensino, adaptados à nova situação, bem como para atuarem em conflitos e desafios que toda situação educacional apresenta”(Boneti, 1993, p.170).

Sendo assim, esse processo constitui um novo aprendizado para todos, oportunizando uma nova visão da educação.

2.2 Currículo estabelecido na Escola inclusiva

De acordo com Miller (2000) o ponto de partida para a inclusão deve ser um currículo e lições individuais acessíveis a todos os estudantes, diante disso, houve um padrão curricular a nível nacional, podendo argumentar que essa normatização beneficiou os alunos com

necessidades especiais, porque introduziu modelos e linguagens únicas, facilitando a transferência de alunos das escolas especiais para as regulares, embora, de fato, poucos alunos tenham feito essa transição. Evidencia-se que o estabelecimento do Currículo Nacional beneficiou em particular as crianças de escolas especiais, nas quais o planejamento do currículo e o modo como o conteúdo era passado, verificava-se que era excessivamente fraco. Vale lembrar, que a Reforma de Educação: Ato 1998 para o novo lançamento do currículo de 2000 reorientou as políticas sobre a inclusão do aluno especial.

Da perspectiva da inclusão, os documentos de 2000, marcaram mudanças significativas. O Currículo Nacional novo consta valores explícitos, de maneira detalhada numa espécie de declaração, retratando propostas sobre cidadania e sobre educação pessoal, social e de saúde (Miller, 2000). Nota-se, que houve uma reflexão sobre os direitos e garantias dos cidadãos, visando a igualdade na sociedade e na educação brasileira, de modo a ampliar os propósitos educacionais.

O currículo empregado na escola inclusiva deve ser compreendido como “ferramenta básica da escolarização”. Segundo PCN (Adaptações curriculares, citado em Oliveira, I. A., 2004), as adaptações curriculares buscam estratégias e critérios de atuação docente; admite decisões que oportunizem adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares que os alunos aprenderem, considerando que o processo ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola.

Segundo Oliveira (2004), está explícita a visão de um currículo “instrumental”, “aberto”, “dinâmico”, “flexível” e “diversificado”, cujo foco são as dificuldades e as capacidades de aprendizagem dos discentes. O currículo deve ter iniciativa a partir do projeto pedagógico da escola, sendo entendido como um “guia” que sugere o processo de ensinar, como e quando avaliar também. Para que este projeto seja possível, é necessário conhecer o dia a dia da escola, fazendo um levantamento de necessidade, considerando os valores que a

escola deseja empregar na prática pedagógica. Essa ação consiste em adaptar o currículo conforme as situações.

Dessa forma, as adaptações curriculares pressupõem uma interação entre as “necessidades dos educandos” e as “respostas educacionais” a serem propiciadas pela escola, sendo apresentadas em relação ao (Oliveira, 2004):

- Projeto pedagógico - organização escolar e os serviços de apoio;
- Currículo de classe - organização e os procedimentos didático-pedagógicos;
- Individualidades do currículo- a atuação do docente na avaliação e no atendimento ao discente;
- Acesso ao currículo - recursos espaciais, materiais ou de comunicação, visando a facilitação do aprendizado;
- Elementos curriculares - alterações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos/as alunos/as.

Essas possibilidades de adaptações curriculares indicam claramente uma diversificação curricular, visando o processo de inclusão ou outras dificuldades encontradas na escola.

A avaliação vinculada ao contexto das adaptações curriculares focaliza o aluno, o contexto educacional e o contexto familiar, promovendo uma contextualização da situação real da sala de aula e da instituição escolar, envolvendo todos os profissionais, a rede de apoio e a comunidade.

2.3 O desafio da inclusão

Amaral reflete sobre o desafio da inclusão (Oliveira, org.M. K & Rego, 2002) iniciando com um pressuposto, referindo-se sobre a distinção entre a quantidade e qualidade,

afirmando que há um completo descaso da qualidade, entronizado-se a quantidade. “Todos na escola” é um dos seus conseqüentes. “Inclusão já para todos” é outro. Então, compreende-se que além da inclusão das pessoas com necessidades especiais, é necessário mencionar a inclusão marginal, reformando o sistema escolar, principalmente, no Brasil, despertando a população para a finalização do analfabetismo e evasão, ao falar sobre uma visão macropolítica.

Para propor qualquer tipo de inclusão se faz mister mencionar a inclusão humana, remetendo reflexões éticas sobre os sujeitos para com sua própria espécie, discussões estas estritamente vinculadas ao desenvolvimento do homem e das civilizações, desligando de um passado caótico que era fortalecido pela exclusão, que não pode perpetuar em um mundo que se diz globalizado e contemporâneo.

Diante desses fatores, questiona-se de quem é a responsabilidade da inclusão? Pergunta importante, para identificar os agentes que podem contribuir nesse processo. Sendo assim, a palavra responsabilidade vem do latim *responsus*; portanto, significa responder algo. Acrescentando sentido a esse termo, infere-se que a um nível simbólico, ressalta-se que essas respostas sinalizam o bem-estar comum, como princípio geral (Amaral, org.Oliveira. M. K & Rego, 2002). Nesse sentido, a responsabilidade está vinculada a algo voluntário que não seja obrigatório por mecanismos externos, mas partindo de consciência de cada um, aderindo em um espectro maior uma conscientização e um comprometimento com o outro que mobilize a inércia do processo exclusivo.

Segundo Mrech (1997), a responsabilidade da escola inclusiva é imprescindível, pois muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial, para o bom andamento do processo de ensino-

aprendizagem. Além das responsabilidades da escola inclusiva, alerta-se o fato desse comprometimento se alastrar para fora do contexto educacional, construindo uma sociedade mais igualitária e democrática.

Por fim, “a inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto” (Mrech, 1997. p. 5). Compreendendo, que os atores são todos os cidadãos, desde os pais, educadores, governantes, englobando a sociedade em uma luta interminável, mesmo porque no processo de inclusão sempre se pode aperfeiçoar, considerando que a educação faz parte de um desenvolvimento constante. Assim como a atuação do psicólogo é de uma importância no processo de inclusão, será abordado no capítulo seguinte.

Capítulo 3. O papel do psicólogo no processo da inclusão escolar

3.1 Contextualização histórica da psicologia no contexto educacional, com ênfase na educação inclusiva.

Retrospectivamente, a análise da psicologia escolar iniciou por meio dos denominados gabinetes psicopedagógicos, no qual havia um pedido de auxílio, em relação aos alunos com déficit de aprendizagem e àqueles com dificuldade de adaptação as normas (alunos "problemas"). Sendo assim, a psicologia solicitava um instrumento científico a serviço da educação para fins orientativos. Diante dessa necessidade a mesma atuava com testes psicométricos projetivos, entrevistas, que muitas vezes rotulavam os alunos; esse processo, também englobava o aconselhamento dos pais e professores com fins de encaminhamento para o tratamento terapêutico (Piloni, 2008).

Evidencia-se então, uma dificuldade na escola em refletir e questionar sobre seu próprio andamento institucional, depositando parte da responsabilidade sobre o fracasso de aprendizagem do aluno. “Sendo o aluno o real depositário da problemática evidenciada pela escola ao psicólogo, nesta etapa não era possível interpretar a demanda da escola. Considerando que o trabalho está envolvido por um local, pessoas, e normas, o psicólogo deparou-se com limitações institucionais educativas implícitas que o impossibilitaram de ir além do exposto” (Piloni, 2008, p.2).

Diante dos argumentos apresentados, a psicologia escolar deve se reportar para fora dos “muros” da instituição de ensino e a relação pedagógica, construindo uma nova forma de valores para com seus alunos, desvinculando das análises fragmentadas da psicologia, se remetendo a alunos abstratos, começando uma verdadeira Psicologia da Escola, ou seja: “um

estudo do modo como a educação escolar atua, sob a hegemonia burguesa, na reprodução do indivíduo no cotidiano das escolas” (Loureiro, ano, p 456).

Enfocando, nesse momento a psicologia na educação inclusiva, que é o foco dessa pesquisa, segundo Lourenço (1997), refletir sobre a educação inclusiva se remete a pensar nas relações entre psicologia, práticas educacionais e educação especial, e, conseqüentemente, no papel social do psicólogo, (citado em Campos, 1996) a história do âmbito da psicologia mostra que a atuação do psicólogo, seja na educação, seja em outra área possível, jamais é neutra e responde a demandas que se inscrevem em um contexto político, econômico, social e cultural, estando sujeita a suas especificidades. Portanto, o resultado da intervenção do psicólogo pode ser bastante diverso das propostas iniciais.

Patto (citada em Lourenço, 1997, p. 2) “aponta para uma característica que, segundo Figueiredo (1995), marca a história da psicologia científica desde o seu surgimento no final do século XIX e que, conforme outros autores como Campos (1996), Bueno (1993) e Velho, este último citado por Wanderley (1999), vem se mantendo ao longo da história da disciplina, manifestando-se em muitas de suas diferentes propostas: a contradição entre o reconhecimento da subjetividade e das diferenças individuais, e, ao mesmo tempo, um movimento de controle destas diferenças através da construção de padrões de normalização. O resultado seria exatamente a geração de mecanismos de discriminação daqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade”.

A educação que envolve as pessoas com necessidades especiais, por estar vinculada exatamente com a diferença, infere-se que a atuação do psicólogo se sujeitará a tais contradições, e, conforme esperado, verifica-se diversas críticas. É a história, mais uma vez, que alerta o convívio com estas condições contraditórias constitui um grande desafio para o psicólogo que trabalha nesse contexto.

Sendo assim, observa-se que a construção do papel da psicologia está associado ao desenvolvimento da escola especial, escola inclusiva, e até mesmo com a inserção do profissional de psicologia nas escolas, independente de ser tradicional ou especial, por isso é relevante compreender o contexto histórico da psicologia educacional (este tema será abordado a posteriori, visando o aprofundamento do tema).

3.2 O papel do psicólogo na educação

Segundo Gomes (2004), em síntese, a psicologia aplicada à Educação surgiu da necessidade educacional e escolar, ligadas a problemas de aprendizagem e de comportamento apresentados por alunos. Conforme a evolução da sociedade e do desenvolvimento dessa especialidade, houve diversas pesquisas atualizando o desenvolvimento científico.

Tratando-se de psicólogo escolar, a distinção com os outros profissionais é que este exerce um papel de agente diretamente envolvido com a Educação, estando presente no dia-a-dia da escola, em contato direto com os alunos, o que implica em contextualização da atuação.

Observa-se que a ação do psicólogo escolar inclui a responsabilidade pelo andamento do processo de ensino e de aprendizagem, através da elaboração de estratégias de treinamento de professores e familiares, para que possam ajudar os alunos a caminhar bem no referido processo. O acompanhamento e apoio aos alunos com necessidades educacionais também foi apontado como atividade prioritária, no ambiente escolar, agindo em concordância com os princípios psico-pedagógicos (Gomes, 2004)

O desenvolvimento da psicologia voltada à Educação tem caminhado por meio de mudanças significativas, apontando avanços para a humanização, diversificação e sofisticação das estratégias científicas, visando à otimização da aprendizagem escolar, oferecendo táticas de ensino em busca de conhecimentos sobre a comunidade escolar: características, necessidades e aspirações (Gomes, 2004). Nesse contexto, a psicologia deve se voltar ao desenvolvimento das capacidades físicas, mentais do indivíduo, respeitando os direitos e

liberdades humanas, dentro de um enfoque que acata as diversidades pessoais e culturais, no preparo para uma vida responsável na sociedade em que se vive. Então, compreende-se que o papel do psicólogo é ser um agente de mudanças, trabalhando em busca da inserção social.

Por tudo isso, não existe um plano teórico-prático definido e fechado, como a parte política e estratégica também não é formulada adequadamente. Ainda há um caminho a percorrer para que o psicólogo escolar ocupe um espaço significativo na escola, auxiliando-a para transformá-la proporcionando melhor qualidade de ensino e à formação do cidadão e de alunos mais preparados para a sociedade.

Segundo Torezan (1999), “a educação como direito de todos, inclusive para a pessoa com algum tipo de deficiência, constitui um problema não só político e social, mas fundamentalmente pedagógico e, para ser efetivamente enfrentando, requer mudanças institucionais no campo político-social e mudanças no campo pedagógico” (p.47). O papel da psicologia consiste em promover tais mudanças a fim de que se possa consolidar em ações efetivas nesse processo.

As questões que são pertinentes quando consideramos a prática da educação especial está na pauta dos debates das propostas de educação inclusiva (como mencionado no capítulo anterior), verificando que a LDB propõe que as crianças excepcionais sejam aceitas nas classes comuns das escolas públicas e que as escolas especiais sejam coadjuvantes no processo educacional destas crianças. De acordo com Lüscher (1999, citado em Lourenço, 2000) discute-se a forma pela qual se dará este processo, a constante necessidade de preparação das professoras e das outras crianças pretendendo evitar a discriminação. Aborda-se também algumas dificuldades para o processo, como o caso de escolas que se recusam a aceitar a matrícula das crianças excepcionais, sendo inadmissível impedir a inclusão diante de posturas profissionais e institucionais medíocres e segregacionistas.

São diversas as propostas, os eixos de discussão e os problemas que aparecem em torno da educação. No entanto, tais temores não devem ser motivos de paralisação e nem devem ser tomadas como limites intransponíveis, mas ao contrário, uma luta constante no processo da inclusão, preparando os profissionais adequadamente e planejando o futuro da intervenção da inclusão sem mitos e discriminações, para que efetivamente a inclusão de alunos com necessidades especiais aconteça (Lourenço, 2000)

Faz-se por isso necessário que os psicólogos tenham sempre em mente que as propostas e intervenções possuem efeitos sociais que não podem ser desprezados. Assim, pretende-se que os ideais de uma educação inclusiva, seja democrática não se tornando práticas de segregação.

3.3 Dificuldades no sistema Brasileiro no processo de inclusão

Segundo Guzzo (2002) a Psicologia Escolar brasileira começou com profissionais que estavam imersos no sistema educacional brasileiro, respondendo a certas necessidades da época e ajudando a formar professores da nova geração. Esse modelo de atuação era essencialmente preventivo, em que se trabalhava a formação do professor, ao mesmo tempo em que se procurava o atendimento às situações de emergência na aprendizagem, todos estavam juntos no sistema educacional.

Essa mesma autora menciona que o modelo da atuação profissional do psicólogo escolar brasileiro anda não foi difundido, tendo em vista as inadequações desse profissional, que acompanha de perto o sistema educacional, ora via Secretarias Municipais de Saúde, ora em seu consultório particular, observando que não se pode exercer a psicologia escolar nesses ambientes. O psicólogo escolar típico é aquele que acompanha a criança e o professor no seu ambiente, ou seja, a escola, ou aquele que orienta, discute e planeja ações para professores ou agentes educacionais de dentro da Secretaria de educação. “Essa concepção do profissional de

Psicologia Escolar traz em si a adoção de uma abordagem teórica do Desenvolvimento Humano e de sua compreensão, enfatiza determinantes desse processo que devem ser estudados e compreendidos diante de seu ambiente natural” (p.83).

A atuação do psicólogo escolar brasileiro deve pautar-se nas caracterizações das instituições educacionais, suas necessidades, seus problemas e suas fontes de recursos, estabelecendo uma parceria com a Educação e com os demais profissionais da instituição, ampliando a atuação, abarcando, dessa forma, os aspectos sociais, políticos, observando o contexto geral da sua inserção profissional, porque adquirindo uma nova postura formulará uma identidade própria na educação.

Nota-se que a construção do psicólogo escolar é complexa, mesmo porque o trabalho deve ser realizado com uma equipe, inserindo os profissionais que participam do processo de educação. Mencionando, a inserção do psicólogo na educação inclusiva, percebe-se que sua participação é fundamental, mesmo porque ele auxiliará os professores, os planejamentos curriculares, família e a própria socialização dos alunos, inserindo o aluno com necessidades especiais de maneira adequada, promovendo a inclusão e não a segregação, quando esse processo é feito inapropriadamente.

“Ser Psicólogo Escolar para o Brasil é conhecer as necessidades psicológicas de todas as crianças, ricas e pobres, capacitadas e deficientes, abandonadas e acolhidas por suas famílias; é defender os direitos ao atendimento de suas necessidades e à promoção de seu desenvolvimento, sem discriminação ou intolerância de qualquer tipo ou grau; é estar perto do professor no seu dia-a-dia, seja na creche da prefeitura ou na escola maternal particular, nas escolas de todos os níveis, entendendo o que se passa com ele ajudando-o a enfrentar também suas dificuldades com técnica e sabedoria” (p. 89).

Nota-se que o processo de inserção do psicólogo na escola inclusiva, pode ser consolidado de maneira mais eficaz, quando realizado em equipe, definindo papéis e os compartilhando também, estabelecendo objetivos em conjunto, acompanhamento do desenvolvimento do aluno, trabalho em parceria com as famílias, exercendo democraticamente e interdisciplinarmente o trabalho da inclusão escolar (Farrel, 2008).

As características mencionadas acima, atuam concomitantemente, contribuindo para que o perfil das necessidades dos alunos sejam analisadas e que desafio da inclusão seja facilitado por meio da cooperação da equipe (Farrel, 2008).

Segundo Coll (1996), a psicologia da Educação centrou prioritariamente seus esforços no estudo das práticas educativas escolares, ou seja, processos relativos à mudança comportamental e os relativos aos fatores ou variáveis das situações educativas, direta ou indiretamente responsável pelos mesmos, estes são caracterizados pelos fatores intrapessoais ou internos ao aluno e os fatores ambientais ou próprios da situação.

Houve uma mudança de perspectiva suposta por sua realocação progressiva no conjunto das disciplinas psicológicas e educativas, acompanhada pela tomada de consciência de que a análise psicológica por si só é incapaz de suprir as necessidades dos fenômenos educativos, junto com o abandono progressivo do reducionismo psicológico, que permeou durante muito tempo na prática da psicologia da Educação (Coll, 1996).

Esse mesmo autor cita que, ao elaborar um esquema coerente integrado na atuação dos profissionais no processo de ensino e aprendizagem, se propicia a todos um conjunto de conhecimentos psico-educativos, cujo acesso lhes seria de outro modo certamente difícil realizados individualmente, pois diante de uma equipe, é possível que intervenções criativas sejam encontradas, adquirindo um indubitável valor heurístico, do ponto de vista da dinâmica interna da avaliação do conhecimento psico-educativo.

Diante dos autores apresentados, observa-se que a atuação do psicólogo nas instituições de ensino está vinculada a uma equipe, ressaltando os aspectos da escola inclusiva, avalia-se notoriamente a importância da integração dos profissionais no processo de ensino e aprendizagem e principalmente o reconhecimento do papel desse profissional nesse contexto.

Afim de compreender os dados suscitados até o momento, a seguir será apresentado os aspectos principais da pesquisa qualitativa realizada sobre o tema inserção do aluno especial e o papel do psicólogo nesse processo.

4º capítulo. Discussão dos dados da pesquisa qualitativa

Neste capítulo discutir-se-á por meio da pesquisa qualitativa e descritiva, conforme propõe Campos (2000) articulando os conhecimentos teóricos com aqueles vivenciados no decorrer das aplicações. Nas coletas de informações foram utilizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, e observações das relações interpessoais com os alunos. As observações tiveram como objetivo contextualizar a pesquisa, averiguando as relações dos discentes com necessidades especiais diante dos demais, e a relação destes com o professor.

Entende-se nesta pesquisa a entrevista semi-estruturada, como aquela que parte por questionamentos básicos, apoiados em hipóteses e teorias, oferecendo amplo campo de interrogativas, conseqüentemente propiciando novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebe às respostas do informante.

Compreende-se neste trabalho, o termo observação sendo uma fonte e/ou experimentação estão impregnadas de pressupostos, teorias. Observar é dirigir a atenção para algum aspecto da realidade e, portanto, a observação é antecedida por algum pressuposto ou teoria que lhe orienta.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram: alunos da quarta série, com idade variável de 10 a 12 anos, a professora dessa turma e a psicóloga da escola, sendo que apenas as duas últimas foram entrevistadas (Centro de Atendimento Integral à Criança (CAIC), Localizada em Brasília-DF).

O primeiro objeto de análise das entrevistas consistia em compreender o processo de inserção do aluno com necessidades especiais em uma escola inclusiva. Os relatos a seguir demonstram aspectos desse processo.

“Eu penso que é uma política de inclusão, é previsto que eles serão encaminhados para a escola, e a escola deve estar preparada para receber esses alunos, tem escolas que viraram escolas pólos (são escolas referenciais) pra receber os alunos especiais, hoje em todas as escolas pólos se tem alunos especiais... e nós temos equipes que diagnosticam, avaliam, com laudos médicos pra gente poder inserir os alunos” (trecho da entrevista com a psicóloga)

“...às vezes o professor regente não está preparado pra receber esse aluno inclusivo, tanto o governo não prepara e como não tem gente preparada para receber, e às vezes não tem apoio dentro da instituição, e até mesmo da secretaria de educação, é muito fácil ter projetos, você diz que vai fazer e acontecer, mas trabalhar que é bom, nada!” (trecho da entrevista com a professora).

De acordo com esses relatos percebe-se que algumas mudanças se iniciaram como a formação de equipes mais estruturadas e preparadas para acolher a inserção do aluno especial na escola inclusiva, entretanto há muito o que ser realizado, como se posiciona a professora, por exemplo, os projetos governamentais necessitam ser implementados.

Um outro aspecto importante mencionar é que no processo de inclusão não se trata apenas colocar uma criança com necessidades especiais em sala de aula, esta situação é o menor problema (Marsha Forest & Jack Pearpoint, 1997), porque o maior desafio está relacionado como os profissionais da área da educação lidarão com as diferenças, refletindo

sobre o comprometimento com o outro e com o diferente, transformando arcaísmos em verdadeiros processos de inclusivos.

O segundo tópico desse estudo consistia em compreender como funciona o projeto pedagógico instituído pela escola inclusiva, contextualizando o ambiente da inserção do aluno especial.

“Nós estamos inseridos no projeto pedagógico da escola, é um compromisso, é nosso serviço, e como nós temos uma demanda muito grande porque trabalhamos em outras escolas, nós tentamos articular com nossas atividades com o projeto da escola, porque assim, são várias instâncias inventadas para complementar ou suplementar as atividades necessárias... então, a gente tem modificado bastante nosso sistema, tem sido bom, porque a gente tem sido visto no projeto pedagógico da escola, a gente existe no projeto”. (trecho da entrevista com a psicóloga).

Complementando esse relato, a psicóloga também relata que a visão interdisciplinar entre a equipe facilita o andamento do trabalho, e tendo uma postura integrada com os profissionais da escola promove bom curso do projeto pedagógico, beneficiando a todos os sujeitos integradores desse processo, como por exemplo, no modelo tradicional o psicólogo recebia o encaminhamento, a demanda era grande, e existiam imensas filas de espera, depois da mudança, trabalhando com o modelo relacional, escutando primeiro o professor e fazendo as observações em sala de aula, a demanda diminuiu e o trabalho passou a ser mais efetivo.

A professora relata que o projeto pedagógico e as adaptações curriculares devem ser aplicados de acordo com as necessidades observadas dos alunos, pois sua atuação pautar-se-á nas demandas suscitadas.

O currículo empregado na escola inclusiva e os projetos pedagógicos devem ser compreendidos como “ferramentas básicas da escolarização”. As adaptações realizadas nos

currículos adequam-se as necessidades que emergem do processo de ensino aprendizagem de acordo com a política inclusiva no processo ensino-aprendizagem (Adaptações curriculares, citado em Oliveira, 2004).

O terceiro aspecto proposto consistia em analisar, por meio dos relatos da psicóloga e professora, as relações interpessoais dos alunos com necessidades especiais em relação aos outros da mesma classe.

“O que é explicado pra eles cabe mais ao professor, porque ele que tem um contato maior com a turma, o que a gente faz é realizar oficinas para sensibilizar a turma, mas de uma maneira geral quem prepara a turma é o próprio professor, existem algumas deficiências que chama muita atenção, no caso das condutas típicas, paralisção cerebral, até mesmo o hiperativo, algumas situações que tiram o ritmo da turma, precisa, então, no caso explicar com mais detalhes o que está acontecendo” (trecho da entrevista com a psicóloga).

A psicóloga relata uma determinada situação, na qual um aluno sofreu um acidente e ficou com seqüelas físicas e também com problemas de aprendizagem, e o fato de não conseguir mais acompanhar a turma, não escrevendo, começou a chamar muita atenção; diante de tal dificuldade, a equipe implementou uma oficina para a utilização do uso do carbono para sensibilizar e conscientizar os alunos, demonstrando o papel da amizade e do auxílio ao próximo com dificuldade.

Nota-se que o contato maior dos alunos é com a professora, cabendo a mesma diante de cada situação ser coerente com as atitudes do processo de inclusão. Houve um consenso, pois tanto a psicóloga afirmou sobre esse assunto quanto a professora confirmou tal dado, sendo que essa última disse: que quanto menos expor o aluno especial e evitar constrangimentos o beneficia.

A professora relata que desenvolve em sala integrando os alunos com necessidades especiais, por exemplo: com trabalho em grupo, no projeto ciências em foco, não colocando os alunos especiais no mesmo grupo, inserindo-os com alunos que possuem mais facilidade de aprendizagem, o resultado é positivo, pois há troca de conteúdos e eles se socializam.

As principais dificuldades encontradas no processo de inclusão consistem, segundo a visão da professora, em acompanhar o conteúdo, o que pode ser reforçado com constantes auxílios, e indicação da sala de recursos, oferecendo suporte do que não se pode suprir em sala de aula. Complementando com a percepção da psicóloga, uma das principais dificuldades é a ausência da família no acompanhamento do aluno na escola.

O tópico mencionado a seguir consiste em avaliar a importância do psicólogo no processo de inclusão, versando sobre o tema da pesquisa, que consiste em compreender a inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo.

“Os professores gostam que a gente dê esse apoio, há uma crítica muito grande que o especialista não deve estar na escola (médico, psicólogo, pedagogo), porque ele acaba interferindo no espaço deles, mas a gente não sente isso, porque eles precisam de nós e nós precisamos deles. Eu creio que a gente colabora!” (trecho da entrevista com a psicóloga).

Ela expõe também que o trabalho do psicólogo é instigar autonomia e conhecimento sobre a área da inclusão, como o investimento em atualizações e capacitações. Além desse papel com os professores, a mesma diz que é importante o aumento da classe nas instituições, em especial nas escolas públicas, respaldando o trabalho em regulamentações, na Secretaria de Educação.

“É fundamental, ele que vai avaliar se o aluno tem alguma deficiência, ele junto com o neuro.” (trecho da entrevista com a professora).

Por meio desses relatos verifica-se que a construção da identidade está ainda em processo, já que falta ainda regulamentações pela Secretaria de Educação e incentivo do setor, porque não há concursos para profissionais da psicologia para essa área, os profissionais que atuam como psicólogos também são professores, ou seja foram remanejados para desempenhar tal função, então é necessário para definir melhor a profissão, uma previsão de cargos, pois um padrão externo faz com que se concretize os papéis internos, no caso no contexto educacional. Entretanto, diante da realidade, mesmo enfrentando obstáculos, como esses, e outros como o de infra-estrutura, e na maioria dos casos, pouca participação da família no processo de inclusão, esses profissionais desempenham de forma eficiente a inserção dos alunos especiais, desde a fase diagnóstica, como a interventiva, faltando apenas profissionais para agilizar o trabalho e diminuir as demandas.

Observa-se que a ação do psicólogo escolar inclui a responsabilidade pelo andamento do processo de ensino e de aprendizagem, através da elaboração de estratégias de treinamento de professores e familiares, para que possam ajudar os alunos a caminhar bem no referido processo. O acompanhamento e apoio aos alunos com necessidades educacionais também foi apontado como atividade prioritária, no ambiente escolar, agindo em concordância com os princípios psico-pedagógicos (Gomes, 2004).

Nesse contexto, a psicologia deve se voltar ao desenvolvimento das capacidades físicas, mentais do indivíduo, respeitando os direitos e liberdades humanas, dentro de um enfoque que acata as diversidades pessoais e culturais, no preparo para uma vida responsável na sociedade em que se vive. Então, compreende-se que o papel do psicólogo é ser um agente de mudanças, trabalhando em busca da inserção social.

O último tópico averiguado nas entrevistas consistiam em compreender o papel da família e da comunidade no processo de inclusão dos alunos especiais, percebendo que essas duas instâncias influenciam na inserção dessa criança.

“Os pais até tem noção das dificuldades da criança, muitas vezes ela é mais lenta, tem certas dificuldades, eles até tem noção de que a criança não vai bem, daí acompanhado por famílias numerosas, com rendas familiares muito baixas, acabam dificultando a sua atuação... uma família que tem alunos especiais, por mais que tenha os projetos, eles precisam ser acompanhados por vários profissionais, como fisioterapeutas, médicos, e etc, a família acaba sofrendo, porque é uma família que precisa de mais apoio, muitas vezes sem condições para isso”. (trecho da entrevista com a psicóloga)

“É fundamental, a família tem que esta a par de tudo não deixando que as responsabilidades fiquem todas para a escola, tem muitas famílias que fazem isso, se vê a diferença quando a família participa, por exemplo, o incentivo e a participação da família de J. o ajuda no colégio, diferente de D. que a mãe viaja (uma vez viajou e não aviso, e a criança faltou mais de uma semana de aula, é mãe de J. é diferente, se preocupa, se interessa.” (trecho da entrevista com a professora).

A inclusão é um processo que precisa ser continuamente revisto (Mrech, 1997. p. 5), ressaltando que os agentes primordiais além da equipe da escola são os pais, e estendendo a todos envolvidos diretamente e indiretamente, ou seja, a sociedade, despertando mudanças sobre diversas inclusões, pois a inserção do aluno especial em uma escola inclusiva é um aspecto dentre outros que precisa ser revisto, reformulando o sistema educacional brasileiro na prática e também em suas legislaturas.

Diante da análise pontuada anteriormente, a fim de compreender a aspectos interpessoais e a realidade vivenciada na escola, complementando e contextualizando a

pesquisa, observou-se em dois encontros a turma em sala de aula e em um outro momento, a observação foi realizada na sala de recursos.

A sala é composta por 24 alunos, nos dias da observação, o conteúdo ministrado era sobre matemática; os alunos especiais mantiveram-se atentos e executaram as atividades propostas pela professora. De acordo com o relato da professora, um deles é desatento, então constantemente precisa chamar sua atenção para que ele consiga acompanhar os conteúdos, mas de uma maneira geral a professora não encontra problemas, afirmando que apenas considera esses alunos com dificuldades de aprendizagem, assim como outros dois que não são diagnosticados como deficientes mentais leves, ou seja, a mesma postura é adotada.

No outro dia, eles mantiveram a mesma postura, atentos e executando as tarefas. Considera-se que a presença de um observador pode ter interferido no comportamento dos mesmos, porque a professora mencionou que, normalmente, os alunos são mais inquietos do que observado.

Na observação na sala de recursos os dois alunos especiais fizeram um trabalho de dobraduras e compreensão de textos, complementando o conteúdo ministrado em classe, atuando nas principais dificuldades apresentadas; essa não se caracteriza por reforço escolar, pois é considerada abrangente, oportunizando de maneira psicopedagógica as resoluções no processo de aprendizagem.

Diversos aspectos foram mencionados neste capítulo sobre a inserção do aluno especial na escola inclusiva e a o papel do psicólogo nesse processo, averiguando-se que em síntese a participação de todos os agentes envolvidos no processo inclusivo é a base para a adequação desse aluno, e que o psicólogo, inserido na equipe da escola desempenhará além dos diagnósticos o suporte diante das dificuldades da tríade, aluno, professor e família.

As análises e reflexões, que podem ser apontadas, afirmam o que foi dito anteriormente, pois o processo de inclusão e os profissionais que participam do mesmo,

precisam atuar conjuntamente, na busca incessante do trabalho interdisciplinar, e também ampliar a percepção do processo de empatia, porque assim as transformações podem ocorrer a nível institucional e profissional.

Considerações Finais

O presente trabalho apresentou informações teóricas e práticas de diversos autores, cada um mantendo-se dentro de seu campo específico. A pesquisa qualitativa realizada no campo da inclusão do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse contexto possibilitou compreender o tema por aspectos distintos, ou seja, na visão do aluno, do professor e do psicólogo.

Para compreender inclusão escolar, é necessário estabelecer o local onde se dará o processo, no caso, a escola; na qual, os alunos estão envolvidos com processos de ações pedagógicas, refletindo sobre as práticas que envolve esse processo, sistemas curriculares, avaliações, projeto político-pedagógico (Patto, 1997).

A escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a todos os alunos, reconhecendo a diversidade e respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades (Revista Eletrônica de Educação, 2005).

A escola passa a ser considerada como inclusiva quando se organiza ao favorecimento dos alunos, independentemente de raças, gêneros ou deficiências, estabelecendo que a inclusão nesse contexto prioriza estratégias para adequar o aprendizado ao aluno.

As pesquisas relatam que as principais deficiências encontradas nas escolas são: as deficiências sensoriais e físicas, e as deficiências mentais, sendo que essa última de nível leve. Esses dados foram confirmados com as profissionais entrevistadas.

Para que as crianças e adolescentes deficientes sejam incluídos em uma educação de qualidade, é imprescindível que haja a valorização das diferenças, modificando as estruturas das escolas e os processos nela envolvidos, desmistificando a noção da hegemonia e construindo a educação repleta de heterogeneidades, mesmo porque a noção de grupo e meio social, fica implícito as distinções.

Diante dos argumentos apresentados, os objetivos da pesquisa circundaram sobre a inserção do aluno especial em uma escola inclusiva, identificando o papel do educador, do psicólogo, da família e da comunidade frente ao processo de inclusão, e compreendendo as adaptações do projeto-pedagógico instituído pela escola.

A escola para atuar na modalidade inclusiva é um grande desafio para os gestores das escolas, mas acima de tudo é um desafio ao próprio professor, que precisa reestruturar-se de acordo com os novos paradigmas, já que a inclusão é um movimento mundial cada vez mais consolidado no mundo educacional (Darcy, 2006).

Observou-se que o despreparo dos professores produz um desarranjo educacional, segundo as referências bibliográficas e os relatos das entrevistas, entretanto, é necessário refletir sobre a estrutura organizacional escolar, sendo esta necessária à efetivação de políticas públicas inclusivas.

Notou-se no decorrer da pesquisa, que a adequação da inserção do aluno com necessidades especiais deveria começar com a comunidade escolar, envolvendo gestores, educadores, profissionais de apoio, família e alunos, ou seja, todos os implicados na transformação escolar, valorizando a inclusão.

De acordo com os relatos da entrevista com a professora é nítida a importância de preparação dos educadores, notando que dessa forma, o processo de inclusão tende a ser mais bem sucedido, devendo a esta, começar na graduação, persistindo no decorrer da atuação de magistério, buscando capacitações constantes na área.

Em virtude dos dados pesquisados, constatou-se que não existe um perfil ideal de professor para lidar com os alunos com deficiência, assim o profissional que estiver preparado para atuar como educador, conseqüentemente estará apto para lidar com os mesmos;

salientando a que a mudança de atitude, a sensibilização para aceitar as diferenças pessoais, assim como o reconhecimento de inferências preconcebidas são pontos fundamentais do processo (Darcy, 2006).

Em relação ao papel do psicólogo diante do processo inclusivo, confirma com os embasamentos teóricos, citados por Gomes (2004) e Loureiro (1997), que esse profissional é um agente diretamente envolvido na educação, estando presente na rotina da escola, com contatos diretos com os alunos e professores e demais integrantes desse contexto.

Ainda convém mencionar que o trabalho do psicólogo é desenvolvido com as equipes psicopedagógicas, professores e demais envolvidos no projeto político-pedagógico instituído pela escola, englobando a família e se necessário, conscientizações perante a comunidade. Portanto, por ser um trabalho realizado com parcerias, os resultados precisam do auxílios de todos os envolvidos, para que a educação com qualidade possa emergir.

Conforme os dados apresentados pela psicóloga entrevistada, a identidade do psicólogo ainda está em processo de construção, porque além de ser uma formação relativamente nova, dentre outras ciências, a função de psicólogo escolar, em cargo público não está regulamentada, a classe reivindica delimitações de suas funções na escola, seja em centros educacionais, escolas especiais ou inclusivas.

Por tudo isso, o papel do psicólogo no processo de inclusão do aluno especial na escola inclusiva é reconhecido pela equipe psicopedagógica e professores, sendo valorizados e reconhecidos pelas atuações com os alunos, mediações entre estes e professores, e até mesmo intervenções familiares, quando necessário.

Outro fator relevante nesse processo é o papel da família nesse contexto, pois a mesma contribui para todas as pessoas, inclusive com a pessoa com algum tipo de deficiência. Analisou-se que o imaginário social, influencia na percepção da família frente ao filho com

deficiência, aumentando a angústia familiar, esse fator contribui as frustrações de expectativas criadas, sendo estes fatores afirmados pelas duas profissionais entrevistadas.

Averiguou-se que a participação da família, considerada como primeiro núcleo social, e a forma como a pessoa é socializada nesse núcleo fará toda a diferença nas relações interpessoais futuras, sendo a família segundo Darcy (2006), um agente mobilizador de mudanças; e ampliando para a comunidade ou sociedade, as relações desenvolvidas na escola e na família será transferida para o meio social, na qual se efetivará as relações e papéis diante desta.

Em vista do que foi apresentado, observa-se que a escola, e os respectivos agentes, a família, e a sociedade são parceiras no processo de inclusão e desenvolvimento desse aluno, promovendo planejamentos estratégicos, capacitações e atualizações, sensibilizações diante da diversidade, desenvolvimento de rede de apoio, utilizar meios flexíveis de atuação e desenvolver reflexões sobre o processo educacional e no caso da política inclusiva do aluno especial.

Propõe-se que o desenvolvimento de pesquisas sobre a inclusão do aluno especial e a atuação do psicólogo nesse contexto seja sempre aprofundada e revista, suscitando novos temas, questionamentos, e reflexões sobre esse processo.

Referências Bibliográficas

BONETI, R. V. F.(1993). *A escola como lugar de integração (ou segregação?) da criança portadora de deficiência intelectual*. Educação em questão, (Prelo).

BOSSA, N. (2002) *Fracasso escolar: Um olhar psicodiagnóstico*. São Paulo: Artmed.

CAMPOS, L. F. L (2000). *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. São Paulo: Ed Alínea.

CARVALHO, R. E. (1999). *Integração e inclusão: do que estamos falando? Em MEC Educação especial: tendências atuais*. Secretaria de educação a Distância/MEC.

COOL, C; MARCHESIA, A; PALACIOS, J & colaboradores. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Porto Alegre: 2º ed: Artmed.

DARCY, R (org), MACHADO, M. L. G; PROSTE, C. (2006). *10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental: Como o professor e a escola devem se preparar para fazer a inclusão?* São Paulo: Avercamp.

DEMO, P.(1996). *Educar pela pesquisa*. São Paulo: Ed. Autores Associados.

DI PALMA, M. S. (2003) *Formação Inicial do Pedagogo: contribuições das tecnologias como mediadoras do processo pedagógico*. Mestrado em Educação.

Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, Brasil, *Ano de Obtenção*.

ENUMO, S. R. F. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. 2005 v. 11, n. 3. Retirado 08/08/2008, da Revista Eletrônica de Educação, no World Wide Web: <http://www.scielo.br>

FARREL, M. (2008) *Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas*. Porto Alegre: Artmed.

FARREL, M. (2008) *Deficiências sensoriais e incapacidades físicas*. Porto Alegre: Artmed.

GALLAGHER, J.J & KIRK, S.A. (1996). *Educação da criança excepcional*. São Paulo: 3º ed. Ed. Martins Fontes.

GOMES, Vera Lucia Trindade (Org.) ; PIVA, Maria das Graças Vsconcelos (Org.) ; MOTA, Marcia Elia da (Org.) (2004). *Tendências Contemporâneas em Psicopedagogia*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, v. 1. 132 p.

GUZZO, R. S. L. (2002) *Psicologia Escolar- LDB e Educação Hoje*. S.P:Alínea.

LAKATOS, I. (1979) *O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica*. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix.

LOURENÇO, E. *Educação inclusiva: uma contribuição da história da psicologia*. 2000 v. 20, n. 1. Retirado 03/09/08, Revista Eletrônica Scielo, no World Wide Web: <http://www.scielo.com.br>

MELO, F.R.L.V. *Do olhar inquieto ao olhar comprometido: Uma experiência de intervenção voltada para atuação com alunos que apresentam paralisia cerebral*. Monografia, programa de pós-graduação na faculdade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. (1994). Políticas de Educação Especial no Brasil: Da Assistência aos Deficientes à Educação Escolar. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

MITTLER, P. (2003). *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed.

MONTOAN, M. T. (1997) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon: Senac.

OLIVEIRA, I. A. (2004) *Saberes, imaginários e representações na educação especial- A problemática ética da “diferença” e da exclusão social*. Rio de Janeiro- Petrópolis: Ed Vozes.

PATTO, M. H. S. (2001) *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: 3º ed. Ed. Casa do psicólogo.

PEDRINELI, V. J. (2008) *Possibilidades na diferença: o processo de 'inclusão', de todos nós*. Monografia -Graduação em Educação Física, São Paulo -São Judas Tadeu.

PILONI, D. M. *Uma reflexão sobre o papel do Psicólogo e sua atuação na escola*. 2008 v. 1, n. 1. Retirado 01/09/08, Revista Eletrônica Pedagogo Brasil o futuro do planeta em suas mãos, no World Wide Web: <http://www.pedagobrasil.com.br>

POCHMANN, Marcio, BLANES, Denise & AMORIM, Ricardo.(2006) *Inclusão Social: Uma utopia possível*. Editora Cortez, São Paulo.

REGO, C. T (orgs), OLIVEIRA; M. K, SOUZA, D. T. R. *Educação em pauta: teorias e tendências*. São Paulo: Ed. Moderna, 2002. cap. Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão (Ligia Assunção Amaral)

Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. V.1, n.1 (out.2005 -). – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.Retirado em 25/06/2008, da Revista Eletrônica de Educação, no World Wide Web: <http://www.mec.gov.br>.

Revista eletrônica: uma contribuição da história da psicologia / Conselho Federal de psicologia. V.20, n.1 (março.2006).-Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2006. Retirado em 15/07/2008, da Revista Eletrônica de Educação, no World Wide Web: <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol>

SASSAKI, R. K. (1997) Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA.

TOREZAN, A. M. (1999). Psicologia escolar e a nova conjuntura educacional brasileira. In. PRETTE Z. A. P. Del. Psicologia Escolar: LDB e a educação hoje. Campinas: Átamo & Alínea.

Apêndices

Entrevista Semi-estruturada

Para o Professor(a)

- Qual a sua opinião sobre a inserção do aluno especial em uma escola inclusiva?
- Como é o projeto pedagógico instituído pela escola inclusiva? Quais as diferenças de um modelo tradicional?
- Como você avalia esse processo para os alunos com necessidades especiais em relação aos outros da classe?
- Como você desenvolve em sala as atividades integrando os alunos com necessidades especiais?
- Quais são as principais dificuldades no processo de inclusão do aluno especial?
- Como você avalia a importância do psicólogo frente ao processo de inclusão?
- Você identifica as reais funções do psicólogo neste contexto?
- Ao seu ver, qual o papel da família no processo de inclusão do aluno com necessidades especiais?
- Quais as influências podem surgir da comunidade sobre este tema?

Para o Psicólogo(a)

- Como você atribui ao processo de inserção do Aluno com necessidades especiais em uma escola inclusiva?

- Como é o projeto pedagógico instituído pela escola inclusiva?Quais as diferenças de um modelo tradicional?
- Como você avalia esse processo para os alunos com necessidades especiais em relação aos outros da classe?
- Como você desenvolve em sala as atividades integrando os alunos com necessidades especiais?
- Qual o seu papel frente ao processo de inclusão do aluno especial?
- Como você desenvolve seu trabalho?
- Quais são as principais dificuldades no processo de inclusão do aluno especial?
- Como você avalia a importância do psicólogo frente ao processo de inclusão?
- Como você avalia a importância do educador frente a este processo?Quais as suas principais atribuições?
- A seu ver, qual o papel da família no processo de inclusão do aluno com necessidades especiais?
- Quais as influências podem surgir da comunidade sobre este tema?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Venho através deste, solicitar a autorização para participar do projeto de pesquisa: A inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo, que tem como objetivo refletir essas conexões, desvinculando-as dos antigos paradigmas, e do modelo tradicional de ensino, construindo, assim, um novo projeto pedagógico. Os principais alvos consistem em analisar esses pressupostos; como conhecer melhor o funcionamento da inserção do aluno especial em uma escola inclusiva, identificar o papel do psicólogo e da comunidade nesse contexto.

As entrevistas serão realizadas através de perguntas fechadas e outras mais abrangentes, visando a compreensão do tema sobre as práticas inclusivas da sua escola e os ideais do movimento de inclusão escolar, e por fim, com o intuito de obter maiores esclarecimentos dos objetivos pesquisados, será efetivada também observações contextualizando o tema proposto.

Ressalta-se, que caso haja desconforto ao responder as questões selecionadas, a entrevista poderá ser interrompida. Qualquer dúvida ou esclarecimentos mais detalhados os entrevistados poderão contactar os pesquisadores (Ciomara Scheneider -84052140 ou Leyland G. Melo- 99143388), e/ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do UNICEUB-CEP/UNICEUB, (telefone 3340-1663).

Entrevistador

Entrevistado

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Venho através deste, solicitar a autorização para participar do projeto de pesquisa: A inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo nesse processo, que tem como objetivo refletir essa relação. Os principais alvos consistem em analisar o funcionamento da inserção do aluno especial em uma escola inclusiva, identificar o papel do psicólogo e da comunidade nesse contexto.

Com o intuito de obter maiores esclarecimentos dos objetivos pesquisados, será realizada observações contextualizando o tema proposto, para isso, além da autorização dos pais ou responsáveis das crianças, será informado para as crianças a participação na pesquisa, por meio de linguagem apropriada, sobre os objetivos e procedimentos que serão realizados.

Ressalta-se, que caso haja desconforto ao participar da pesquisa, a mesma poderá ser interrompida. Qualquer dúvida ou esclarecimentos mais detalhados os interessados poderão contactar os pesquisadores (Ciomara Scheneider -84052140 ou Leyland G. Melo- 99143388), e/ou com o Comitê de e/ou com o Comitê de Ética em Pesquisa do UNICEUB-CEP/UNICEUB, (telefone 3340-1663).

Entrevistador

Responsável do Aluno

Anexos

CEUB

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP
Brasília, 23 de setembro de 2008.

Memo. 417/08
Do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UniCEUB
Para: Ciomara Schneider

Assunto: Encaminhamento do Parecer CAAE 2898/08

Prezada Pesquisadora,

Encaminhamos o parecer Nº CAAE 2898/08 referente ao projeto **“A inserção do aluno especial na escola inclusiva e o papel do psicólogo no processo inclusivo”**. O mesmo atendeu as solicitações apontadas por este Comitê de Ética em Pesquisa, e encontra-se **aprovado com recomendação**, o que significa que, para iniciar a pesquisa devem ser realizadas as recomendações apontadas.

Ressaltamos a necessidade de atenção aos incisos IX. 1 e IX. 2 da Resolução 196/96 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto.

Após o seu encerramento, solicitamos o envio do relatório, conforme anexo, até 05 de dezembro de 2008.

Aguardamos as adequações solicitadas.

Cordialmente,

Marília de Queiroz Dias Jácome
Comitê de Ética em Pesquisa
Coordenadora

Entrevista com a psicóloga

- 1º pergunta: Como você atribui ao processo de inserção do Aluno com necessidades especiais em uma escola inclusiva?

Eu penso que é uma política de inclusão, é previsto que eles serão encaminhados para a escola, e a escola deve estar preparada para receber esses alunos, agora como se é diferente, tem escolas que viraram escolas pólos pra receber os alunos especiais, hoje em todas as escolas pólos se tem alunos especiais, no início o Caic se tornou uma escola pólo para receber os alunos especiais, mas hoje todas, e as escolas tem alunos especiais inseridos nessas escolas. Então, a política de inclusão já foi implantada, agora assim, o papel do psicólogo nesse processo de inserção, no nosso caso, o DF é diferente dos outros Estados, porque aqui tem as equipes que funcionam pra identificar, nos outros Estados não se tem isso, as instituições nos outros estados encaminham e vão direto para as escolas, e nós temos equipes que diagnosticam, avaliam, com laudos médicos, pra gente poder inserir os alunos, afirmando que nosso serviço é diferente, porque somos professores que somos formados em psicologia e pedagogia e fazemos essa avaliação psicodiagnóstica.

As escolas privadas também se têm a inserção, por exemplo, o como, uma instituição conveniada, uma senhora que é vice-diretora de uma escola, relatou sobre um aluno que tem autismo e ela falava das dificuldades, mas assim, os alunos estão sendo inseridos sim, às vezes mesmos os pais que possuem uma condição sócio-econômica melhor, eles optam pela escola pública, porque tem uma estrutura, porque tem uma estrutura que facilita visualizar essa repetência, que ocorre freqüentemente, no caso da deficiência mental que é o mais freqüente, tem toda uma estrutura que fica mais fácil pata a criança se acomodar,...não tenho muito contato com escola privada, mas se tem uma política que é inclusiva, tem uma lei que

estabelece isso, e na escola pública se tem uma maior proximidade, pois as turmas tem menor número de alunos. a gente tem mais proximidade com a família, facilita até na hora de avaliar.

- 2º pergunta Como é o projeto pedagógico instituído pela escola inclusiva? Quais as diferenças de um modelo tradicional?

Nós estamos inseridos no projeto pedagógico da escola, é um compromisso, é nosso serviço, e como nós temos uma demanda muito grande porque trabalhamos em outras escolas nós tentamos articular com nossas atividades com o projeto da escola, por que assim, são várias instâncias inventadas para complementar ou suplementar as atividades necessárias, que é a sala de recursos, então, nós temos que fazer uma parceria na escola, por exemplo, nós estamos avaliando, observando o aluno, e no relatório identificamos que o aluno precisa da sala de recursos, então ele vai ter esse atendimento, porque solicitamos, antes de vir para nós ele passou por um orientador vocacional, vendo as queixas, vendo as necessidades de encaminhamento, então a gente tem esses contatos, com a equipe multidisciplinar, a gente tem essa parceria, e nesse caso nosso serviço é previsto dentro do projeto pedagógico, algumas atividades nós não conseguimos realizar completamente, porque no projeto a gente teria que ser mais diretiva, a gente tem que participar das avaliações do projeto durante o ano letivo, ou então as vezes a gente não consegue participar de tudo, porque tem dia que nós não estamos aqui, ou em alguma reunião coletiva, a gente está em outras escolas, mas aqui a parte é feita, e algumas coisas não conseguimos participar completamente, mas por participarmos de parte específicas, a gente consegue sugerir atividades, eventos que podemos estar participando na escola, é um pouquinho difícil, porque a demanda pra superar é complicado, antes tinha muita fila de espera, e até mesmo a forma de avaliar, mas hoje tem enxugado essa lista, então a gente tem modificado bastante nosso sistema, então tem sido bom, porque a gente tem sido

visto no projeto pedagógico da escola, a gente existe no projeto, e eles sabem que as escolas hoje precisam desse suporte, eles vem aqui tirar dúvidas sobre a educação especial, perguntando se está na hora mesmo de avaliar, de encaminhar, dar uma olhada antes na visão deles, porque facilita nosso serviço, tem uma parceria deles, eles tem noção do nosso serviço, e no início do ano a gente sempre faz uma oficina, porque sempre chega professores novos, os novatos, mas faz a equipe toda, poucos professores aqui saem, mas eles conhecem o serviço, se tem um professor novato a gente tem que passar o serviço, a gente explica nosso serviço, apesar de estar descrito no projeto político-pedagógico, nos folders, o que a gente faz todos os passos.

E a diferença que você vê desse modelo atual com o antigo, por meio da sua experiência?

A gente passou pela transição, quando nós fomos atualizados pela essa nova política pedagógica, foi em 2003, e eu estou na equipe há alguns anos, então participei do modelo tradicional, e hoje eu vejo modelo relacional, e hoje a gente vê a diferença, é muito melhor, só tinha um medo no início, um dos processos que tava modificando esse serviço, foi nós estarmos envolvidos indiretamente numa tese de mestrado de uma professora da secretaria de educação, e ela influenciou muito nossa mudança de avaliação pedagógica, ela sugere na tese, que fizesse a primeira escuta ao professor, e antes não fazíamos isso, e antes a gente recebia a ficha do aluno, ele entrava na fila de espera e agente só avaliava o aluno, e depois dessa mudança de foco a gente conversava com o professor, pra ver se a queixa continuava se era superado, porque as vezes o aluno superava, antes da intervenção, e com a demora da fila de esperava, as vezes ele acabava superando até, os sintomas não agravavam, mas de uma forma geral ele superava, e a escuta com o professor primeiro, avaliávamos porque muitas vezes a queixa não continuava e ao mesmo a gente já fazia o encerramento da solicitação pelo

professor, isso facilita muito a gente diminuir a lista de espera, na escuta ele já falava da realidade atual, e o outro ponto importante é que a gente passou a entrar na sala de aula e observar as aulas dos professores, e como que funcionava a inserção desse aluno, então esse dois elementos que avaliamos, eu particularmente sinto uma diferença enorme, no início a gente pesou que os professores iriam evitar que nós entrássemos, e a gente em todo esse percurso, só teve uma professora que não aceitou muito no início, teve medo da gente talvez julgar, mas depois de alguns meses ela mesmo pediu para que entrássemos e observássemos os alunos, pra mim isso foi só uma resistência que eu senti, mas em todas as salas que eu entrei enriqueceu, porque quando a gente foi fazer as avaliações na sala a gente viu que a queixa não tinha indícios de deficiência mental, então a gente terminava ali, a gente observava dava dicas, e algumas sugestões, mas se fosse em outro momento a gente separaria o aluno, e nem saberíamos o que estava acontecendo na sala, e hoje a gente sabe relacionar é como se deve fazer a avaliação, os testes, a gente até diminuiu a quantidade de avaliações nas testagens, quando víamos na sala, a maioria não era indício, nas avaliações não se confirmava as suspeitas, assim como a hiperatividade, que se rotula muito, a gente sabe que aumentou bastante, mas é situacional, o que provocou aquilo ali, a gente tenta relacionar causa e o efeito, e muito as vezes está mais relacionado a família, alguma situação né..dele do que nas escolas, tem alunos que demonstram uma coisa na escola e outra em casa, porque quando se fecha o estudo do hiperativo, tem que fechar os extremos como um todo, a família, a escola e outros ambientes que ele frequente, e se for repetitivo e além de outros exames que ele terá que fazer, complementos, como mapeamento, e daí vai só aumentando...para descartar todas as possibilidades e mesmo assim, muitas vezes precisa-se de medicação quando ele recebe o diagnóstico

- 3º pergunta Como você avalia esse processo para os alunos com necessidades especiais em relação aos outros da classe?

O que é explicado pra eles cabe mais ao professor, porque ele que tem um contato maior com a turma, o que a gente faz é realizar oficinas para sensibilizar a turma, mas de uma maneira geral quem prepara a turma é o próprio professor, existem algumas deficiências que chama muita atenção, no caso de condutas típicas, paralisção cerebral, até mesmo o hiperativo, algumas situações que tiram o ritmo da turma, precisa, então, no caso explicar com mais detalhes o que está acontecendo. Geralmente, o professor precisa fazer uma preparação. No caso dessa oficina que o aluno teve que fazer, foi porque ele sofreu um acidente e ficou com seqüelas, daí ficou com alguns problemas para se mover, daí por causa do acidente ficou com muita dificuldade para escrever por causa também do acidente teve certa seqüela para a aprendizagem, ficando com dificuldades para escrever, como na deficiência mental leve, daí como ele não conseguia copiar ele chamava muita atenção, então todos copiavam e ele não, daí a equipe fez uma oficina com a turma, retirando-o da sala, fazendo uma atividade com eles, falando do colega que estava com dificuldade, sensibilizando a turma, e fizemos uma outra oficina para adaptação curricular, dividindo a turma em duas, a primeira usando o carbono, copiando a atividade no mesmo, e na segunda fizemos uma atividade psicomotora, com dobraduras, fizeram uma pra eles e outra para presentear o colega e a outro grupo também, entregaram a cópia para o colega, o grupo iria presentear o grupo dois e vice versa, sensibilizando todos sobre a amizade e o auxílio para quem tinha dificuldade daí falamos do colega, se ele queria receber dos outros alunos uma cópia das atividade, daí durante a semana, cada dia um aluno iria copiar a matéria para este, a professora perguntaria: “Você pode copiar a matéria pra ele?”, um aluno que tivesse a letra mais legível, porque daí não precisava dele esperar todos copiarem, e evitaria que ele interferisse na turma, então se ele tivesse a cópia

também poderia estar fazendo as atividades e ele estaria respondendo, então a gente faz algumas oficinas para dar este suporte, a gente precisava inserir o uso da calculadora, mas as meninas da sala de recurso ficaram responsáveis. Então nessa turma ficou introduzido o uso do carbono, ou a cópia oferecida pela escola, daí ele não ficaria sem a atividade, não sei dos resultados dessa oficina, porque faz apenas 20 dias, daí vou voltar para ver os resultados, aparentemente parece que este aluno não quer fazer, mas é porque ele tem muita dificuldade mesmo então tem que esperar os resultados. O próprio currículo sugere adequações, e esse exemplo é uma forma delas. No caso do deficiente físico, pode ser usado o carbono, a máquina de datilografar, o uso do computador, nos casos mais graves eles usam aqueles Kit's, aquele uso do capacete, usando mesas adaptadas, então as vezes a gente precisa intervir para implantar as adequações, não são freqüente essas entradas para preparar turma, porque caso o professor preparar, porque se não chama muito atenção, o que não é o idéia, no caso de condutas típicas, que chama muita atenção, em uma turma tem 3 alunos com condutas típicas, então tem que preparar a turma, nas condutas típicas se tem transtorno de conduta, tem borderline (transtorno de personalidade) e tem também algumas crianças com características do autismo, e nessa turma tem que fazer intervenções diárias, porque quase todo dia tem uma coisa para intervir, porque eles fazem atividades diferentes, cada um tem uma necessidade diferente, um precisa de material dourado o outro precisa de um alfabeto, ele faz um leitura silabada, mas precisa da mediação do professor, ele tem várias estereotípias, se chega alguém ele fica mais agitado, faz uns balanços, e como ele freqüenta a sala de recursos, ele começou fazer tratamento psicoterápico, e foi orientado que quando ele começasse com muitas estereotípias, para que a professora fizesse um sinal, para que ele percebesse que ele tava fazendo esse movimento, daí ele diminuiu bastante, quase não dá para ver, mas agora é muito pouco, mas se teve que ir conversando com ele para ele perceber, daí se tem que conversar, ou individualmente, como nesse caso, ou com a classe toda, dizendo que eles precisam ajudar o

colega, porque ele tem mais dificuldade, porque se não eles abandonam muito rápido na sala de aula, então se a professora quiser que a gente intervenha na turma, seja de implementação ou para preparar a turma, a gente faz, nós fizemos essas duas oficinas.

Nesse ano a gente quase não conseguiu fazer oficinas, porque no primeiro semestre é mais de observações em sala e de escuta do professor, mas a gente vê que as hipóteses continuam andando, e as queixas observadas, e com as observações a gente percebeu que as demandas diminuíram bastante, a gente sentiu que foi positivo, e como a gente tem que seguir o cronograma da secretaria de educação, em agosto e setembro a gente diminuiu um pouco as visitas e as oficinas, pra gente poder ver se esses alunos que a gente absorveu há necessidade de avaliação para desenvolver a estratégia de avaliação para o ano seguinte, então agosto e setembro, se prevê se serão só as avaliações ou se terá a necessidade de encaminhar para o ensino especial, então a gente para um pouco o calendário normal, para concluir os relatórios, aqui no caso a gente tem o ensino precoce até a quarta série, desde a educação infantil, então aqui é diferente, porque tem a educação precoce, porque só tem aqui, mas conseguimos fazer, dá pra gente concluir, e em outubro e novembro pode voltar a fazer as oficinas.

- 4º pergunta Como você avalia a importância do psicólogo frente ao processo de inclusão?

Olha, os professores, eles gostam que a gente dê esse apoio, há uma crítica muito grande que o especialista não deve estar na escola(médico, psicólogo, pedagogo), porque ele acaba interferindo no espaço deles,mas a gente não sente isso, porque eles precisam de nós e nós precisamos deles, pra fechar o relatório.Eu creio que a gente colabora, não estamos atrapalhando não,a gente precisa mesmo dos diagnósticos, nós temos os modelos, os americanos, o CID 10 o DSMIV, e nós sabemos que eles precisam desse respaldo por causa

das avaliações curriculares, pra fechar os relatórios, hoje fazemos relatórios bem mais próximos do professor, eu creio que a gente colabora mesmo, nas intervenções, a gente quer que o professor tenha autonomia e conhecimento sobre a área da inclusão, a gente sugere leituras, cursos, atualizações, capacitações, tem um professor da classe especial ele precisa de alguns cursos para atuar, então eu creio que a gente colabora. O núcleo Bandeirante tem 10 pólos, nós atendemos em média, 3 a 4 escolas, a meta é abarcamos 1500 alunos, mas atendemos 10 a 20 por cento dessa demanda, então hoje temos 110 alunos, mas mês que vem fazemos uma outra estimativa, essa atuação seria melhor se houvesse mais profissionais, há uma proposta, é previsto o psicólogo escolar nas escolas. Eu sou professora atividade que atuo como psicóloga, a secretaria não considera essa atuação como desvio de função, mas existem psicólogos escolares, e professores de psicologia, mas psicólogos escolares deve ter no máximo 5 na rede, o restante foi embora, então nesse sentido é complicado refletir sobre a quantidade, porque tem tempo que não se faz concurso, o último foi em 2004, a maioria que trabalhava nas escolas, são professores que atuam como psicólogos, mas não é regulamentado, mas o que pode acontecer é o déficit, então tem psicólogo, mas é muito pouco, por exemplo no Riacho Fundo não tem, então uma Regional que tem poucos há uma sobrecarga, a gente tem documentos que nos respaldam, mas fazemos um movimento para que haja uma regulamentação, mas é uma briga antiga, para que seja regulamentado.

A gente encontra alguns impedimentos na parte estrutural, ou com testes psicológicos que são um pouco caros, então as folhas de respostas também são caras, o Visk que nós usamos são muitos caros, as vezes as salas não são adequadas, muitas vezes não tem como fazer entrevistas com os pais, no Caic tem bastante espaço, mas em outras escolas não tem, junto com o nosso trabalho é previsto o orientador vocacional, daí nós compartilhamos o mesmo espaço, que seria mais interessante se todos tivessem o seu local de serviço, na estrutura da rede é previsto psicólogo, o professore de psicologia, mas deve-se dar estrutura para estes

outros profissionais que chegarem, tem sala, é previsto isso? Antes por exemplo, tinha várias equipes numa mesma sala, hoje está melhor distribuído. Aqui no Caic são 9 anos que existe nosso trabalho aqui, com o tempo você observa a formação de identidade da profissão, antes funcionava nos centros comunitários, hoje funciona aqui, então as mudanças são claras, essa construção do serviço da rede é antigo, mas a identidade foi sendo mais clarificada com o tempo da psicologia. E por falta de algumas leis a gente deixa de conquistar muitas coisas no nosso espaço. Se houvesse concurso, para professores de psicologia, quando eles chegarem depois de serem aprovados em concurso, eles poderão optar para trabalhar na equipe ou para dar aula em ensino médio, será que ele vai querer atuar? Então o nosso serviço é como se não estivesse regulamentado, se tivesse a portaria, seria um grande avanço, se tivesse concurso, regularmente supriria a falta das regionais que não tem.

Você acha que os professores sabem os papéis do psicólogo?

Sim, eles conhecem o CID e o DSMIV, sabem de nossa atuação, tiram dúvidas, você pode ver o relatório para me ajudar. Os relatórios geralmente vem dos hospitais, solicitando consulta psicopedagógica, daí há uma troca, mas mesmo que o médico encaminhe o laudo, nós teremos que verificar onde essa criança precisa de suporte, quais sendo os sintomas e o diagnóstico, observando alguns aspectos, como a classe tem que ter no máximo 28 alunos, na integração inversa é até 15 alunos, e na classe especial é até 15 alunos. Então, nós recebemos o relatório médico, então nós fazemos todos os passos, a observação, entrevista com os pais, as avaliações com o aluno, a escuta com o professor e encaminhamos para o professor, e é previsto na estratégia de matrícula que ele venha com o laudo médico, preenchendo todos os requisitos. No caso dos alunos especiais que você está observando tem menos alunos porque aqui tem poucos alunos, mas as classes comuns e especiais especificam a quantidade de alunos. Eu recomendo que você visualize as estratégias de matrícula no site do mec.

- 5º pergunta A seu ver, qual o papel da família e da comunidade no processo de inclusão do aluno com necessidades especiais?

Os pais até tem noção as dificuldades da criança, muitas vezes ela é mais lenta, tem certas dificuldades, eles até tem noção de que a criança não vai bem, daí acompanhado por famílias numerosas, com rendas familiares muito baixas, acabam dificultando a sua atuação, aqui na vila Cauy, a gente sabe que tem necessidades materiais, é uma vila muito pobre, eu acho que isso interfere bastante para os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, eles tem muito carinho com os filhos não há dúvida disso, mas uma família que tem alunos especiais, por mais que tenha os projetos, eles precisam ser acompanhados por vários profissionais, como fisioterapeutas, médicos, e etc, daí eles tem que trabalhar o dia todo, daí quem cuida desse menino, então, daí interfere muito, porque a família acaba sofrendo, porque é uma família que precisa de mais apoio, nosso papel também é de proporcionar acesso ao conhecimento, do que eles podem ser amparados por lei por exemplo, geralmente há problemas de cuida dores, aqui por exemplo, tem uma crianças que tem dificuldade de adaptação, os pais são separados, uma série de problemas familiares, então assim, além das necessidades básicas existem outras necessidade para serem supridas, a dependência dessa criança é grande, nosso acompanhamento é mais psicopedagógico, não se pode fazer psicologia clínica dentro da instituição, então agente encaminha para outras instituições, como as Universidades, Comp, Postos de saúde, Adolescentro, e outros, mas geralmente, encontra a dificuldade de locomoção e financeiro (porque a maioria tem uma renda familiar muita baixa, apesar dos incentivos do governo, mas mesmo que tenha os benefícios, o mais complicado é ter o cuidador para acompanhar essas crianças, muitas vezes os pais não podem nem trabalhar porque dependendo da deficiência exige acompanhamento integral do aluno. Nosso papel também é esclarecedor e apoiador, porque explicando quais serão as perspectivas deste aluno,

que possui alternativas para o mercado de trabalho, a própria Secretaria prevê oficinas profissionalizantes, são muitas vezes serviços artesanais, mas possuem outros também, os pais precisam saber das perspectivas dentro da rede, muitas vezes explicamos um pouco da deficiência.

Eles possuem acesso aos conhecimentos sobre a inclusão?

Eu creio que eles têm acesso, eles têm a escola, e dentro a rede de amigos eles acabam sabendo de seus direitos, tem pai que tem mais facilidade, que procura se interessa, e vai atrás dos direitos, depende dos pais, e do nível de instrução, dependendo eles sabem lidar melhor com a situação. Às vezes tinha uns pais que vinham conversar com a gente, para saber como ter a carteirinha de deficiente, mas eles se comunicam entre eles, muitas vezes não convoca demais eles, para não exagerar com excessos de reuniões porque sabemos da dificuldade de ir várias vezes ao colégio e sobrecarrega-los, daí dentro do possível trabalhamos com esses encontros de forma moderada, essa é uma grande dificuldade, nesses encontros esclarecemos sobre as deficiências, como portar com a criança em casa, por exemplo, dar dicas de como dar limites, estabelecer metas, dando sugestões em sala e para a família. Então esse posicionamento dentro de casa acaba ajudando em sala de aula, nos andamentos das atividades da classe, são estratégias com a família que ajudam todos, o mais difícil dessa questão é adquirir essa postura diferente e regular em casa, porque ela terá que ser insistida para surtir efeitos. Outro ponto importante é também quando recebe o diagnóstico, o que fazer diante disso? Eles se sentem perdidos, daí a equipe começa a atuar diante desse momento, ajudando nas frustrações, e nas perspectivas, até a aceitação, o entendimento de cada aluno tem um tempo, das novas adaptações curriculares, são vários aspectos, que diante das principais dificuldades a gente tentará intervir.

Entrevista professora:

- 1º pergunta Qual a sua opinião sobre a inserção do aluno especial em uma escola inclusiva?

O negócio é o seguinte às vezes o professor regente não está preparado pra receber esse aluno inclusivo, tanto o governo não prepara e como não tem gente preparada para receber, e às vezes à gente não tem apoio dentro da instituição, e até mesmo da secretaria de educação, é muito fácil ter projetos, você diz que vai fazer e acontecer, mas trabalhar que é bom nada!

Mas, não é obrigatório que o professor tenha um curso para trabalhar com alunos especiais?

Não. Só é avisado que a turma vai ser reduzida, e você terá que receber esses alunos inclusivos, as vezes tem uns que tem curso, outros não tem. Tem-se alguma lei eu não sei, porque eu sou contrato temporário, aí o que acontece, a turma que a gente pega, não tem muitas definições, independente de ter cursos ou não. Mas eu tenho porque trabalhei muitos anos no ensino especial, mas na turma ao lado a professora não possui nenhum curso, e tem alunos especiais, e ela está dando aula, então quer dizer a realidade é essa!

- 2º pergunta Como é o projeto pedagógico instituído pela escola inclusiva? Quais as diferenças de um modelo tradicional?

Olha o que eu sei, hoje eu estou dando continuidade no trabalho de outra professora, porque ela está de licença, então não sei se todos os projetos estão de acordo com o estabelecido, já peguei a turma em abril, então assim, o projeto pedagógico na atual escola eu não conheço, estou sendo bem clara com você, e as diferenças do modelo tradicional, em relação aos conteúdos tem os conteúdos a serem dados, todo aluno do ensino especial, ele tem um

currículo diferente, ele tem um currículo adaptado, então, o aluno tem dificuldade nisso e nisso, o professor o auxilia nesses pontos, adaptando de acordo com o aluno

Você teve alguma dificuldade com seus alunos especiais?

Não, porque trabalhei muitos anos com o ensino especial, então, a dificuldade deles é uma dificuldade de aprendizagem, não é dificuldade de comportamento, o distúrbio da deficiência deles é um distúrbio de dificuldade de aprendizagem. A minha experiência foi aqui no Caic e no centro de ensino especial, mas aqui no Caic como é trabalho temporário, vou ficar até dia 22 de dezembro.

- 3º pergunta Como você avalia esse processo para os alunos com necessidades especiais em relação aos outros da classe?

Acho que fica assim, diante dos outros depende de cada situação, no turno da manhã tem várias salas do ensino especial, então se vê paralisias, condutas típicas, diferente da tarde que são deficiências mais leves, então, sendo que cada professor tem um aluno ou dois, então, não são enquadrados como alunos do ensino especial, são aqueles que são inclusos, daí não tem muito o que falar, não sei se a outra professora falou alguma coisa sobre isso, mas eu mesma nunca falei, que eles eram do ensino especial e nenhum aluno nunca chegou p mim e falou nada, não percebem a diferença. Eu acho melhor, porque evita discriminação, por exemplo, um dos meus alunos especiais, é liberado para usar calculadora, eu nunca falei pra ele e ele nunca me perguntou, mas ele usa escondido dos meninos, isso foi definido em conselho, qualquer um dos dois alunos especiais podem usar, eu nem concordo muito com isso, mas foi liberado, porque eles dizem que se até no vestibular se pode usar, porque aqui não

poderia. Como diz o outro, manda quem pode, obedece quem tem juízo! Então é isso, eu não liberei, mas ele usa mesmo assim, está previsto. Se eu falar para todos os alunos, João você pode usar calculadora, os meninos vão perguntar, por quê? Daí você está diferenciando eles.

Existem regras de como se portar diante uma situação dessas?

Não, cada professora tem sua liberdade, é só para não expor tanto, eles não tem características físicas de deficientes, então quanto menos expor a criança melhor! Em outras turmas, se vê, características físicas, no jeito de falar, andar, que são mais nítidos, daí fica visível.

- 4º pergunta Como você desenvolve em sala as atividades integrando os alunos com necessidades especiais?

Com trabalho em grupo, como por exemplo, no projeto ciências em foco, eu, não coloco sempre os dois no mesmo grupo, porque coloco cada um com alunos mais fortes, ou seja, aqueles que têm mais facilidade, eu sempre estou colocando eles nesses grupos, porque além de ter uma troca dos conteúdos, eles se socializam muito bem.

E o resultado desse processo?

É positivo, não só para os dois, mas para os outros também, muitos tem problemas de aprendizagem, eu considero esses como os dois alunos diagnosticados como alunos especiais, porque eles exigem mais atenção, porque existe muita dificuldade de aprendizagem.

Existem discriminações por parte dos alunos?

Não, o que se vê são apelidos, do tipo: cabeção, negão, nega da cachaça, justamente porque ela é negra e o pai é alcoólatra, mas apelidos “desqualificadores” não se têm, e todos são da vila Cauy, todos moram juntos, então possuem contatos fora da escola, os únicos que moram em outro lugar são os dois alunos especiais. Mais uns dois alunos que moram numa chácara.

- 5º pergunta Quais são as principais dificuldades no processo de inclusão do aluno especial?

Eu acho que é adaptando eles numa sala, tipo assim, é a dificuldade de acompanhar o conteúdo. Os planejamentos das aulas são modificados, quando eles tem muita dificuldade eles sentam na minha mesa, sentam comigo, dou mais atenção, agora outros alunos com dificuldade de aprendizagem acompanho mais de perto, e um a gente percebe que se os pais não forem presentes dificulta o processo de aprendizagem, nós avisamos e muitos deles não comparecem, daí muitos faltam, ou até dizem que vem a aula, mas não vem, e os pais não tomam conhecimento, eles só tomam conta quando chegar final do ano e eles reprovarem, a mãe do J. é muito presente, sempre está na escola, participa da educação, mas os pais do D. são ausentes, a gente já chamou a mãe, ela não veio e nem compareceu as reuniões, só veio uma vez quando foi pedido, mas geralmente não é presente, a comunicação é feita por bilhetes e não pela agenda.

- 6º Pergunta Como você avalia a importância do psicólogo frente ao processo de inclusão?

É fundamental, ele que vai avaliar se o aluno tem alguma deficiência, ele junto com o neuro, aqui tem o pedagogo que também participa do processo.

Você recorre a eles quando sente alguma dificuldade?

Não, nunca precisou, mas eles esse não observaram a turma, e quando tenho alguma dificuldade de adaptação, entro mais em contato com as meninas da sala de recurso, elas me passam alguma coisa do que elas estão dando, elas me perguntam também, qual o conteúdo que eu estou dando, a sala de recursos não é aula de reforço e sim para estar auxiliando o aluno com dificuldade, por exemplo, se ele tem dificuldade nas quatro operações, então será

feito através de jogos ou outra coisa, para que ele entenda que dois mais dois são quatro, é uma forma complementar o conteúdo de dentro da sala de aula. O pessoal da sala de recursos tem mais contato entre si com a psicóloga e a outra pedagoga, indiretamente o trabalho está interligado, eu sei qual a função do psicólogo e o papel dele na escola. Os professores não têm tanto contato com eles porque os horários são diferentes e eles têm outras escolas para atendimento, os horários são diferenciados, agora com as meninas da sala de recursos nós nos comunicamos, participamos das mesmas reuniões.

Na entrevista com a psicóloga desta escola, foi relatado que todo início de ano é passado oficinas explicando o papel do psicólogo. Você participou?

Não, porque entrei depois, e você acessou os documentos?

Não, porque tenho conhecimento dos papéis e das funções, mas sei que é relatado as funções desde a diretoria até os faxineiros, a gente se acostuma, vou ler um documento se eu sei como funciona, não se tem tanta necessidade, é mais a prática que conta nessas horas.

- 7º Pergunta A seu ver, qual o papel da família no processo de inclusão do aluno com necessidades especiais?

É fundamental, a família tem que estar a par de tudo não deixando que as responsabilidades fiquem todas para a escola, tem muitas famílias que fazem isso, se vê a diferença quando a família participa, por exemplo, o incentivo e a participação da família de J. o ajuda no colégio, diferente de D. que a mãe viaja (uma vez foi para a Alemanha e não avisou, e a criança falta mais de uma semana de aula, é mãe de J. é diferente, se preocupa, se interessa, apesar de em casa verificar que o comportamento de J. muda. O D. é muito aéreo, ele conversa, pensa em menina, mp3, ele sentava no fundo e tive que colocar ele na frente, o interesse dele é diferente, está em outras coisas, e o J. é mais interessado, quer ir para a quinta

série, não que D. não esteja, mas é o interesse dele é focado em outra coisa. Só que na quarta série reprova para os demais alunos, e com eles tem uma adaptação curricular, essa adaptação vai até o ensino médio, esta não está correlacionado a idade e sim aos conteúdos. Aqui no Caic só tem até a quarta série, depois eles vão para os Centros de Ensino.

- 8º Pergunta Quais as influências podem surgir da comunidade sobre este tema?

Eu não sei por que no Caic sempre teve alunos de ensino especial, daí os pais já sabem, noventa e cinco por cento moram na vila, então eles já sabem por causa da convivência das deficiências, agora nos outros colégios, por exemplo, no Bandeirante eu não sei.

Você acha que a inclusão no sentido maior está sendo disseminada ou ainda não?

Aqui na escola é diferente, todos os professores são conscientes, nas outras escolas eu não sei, no ensino especial também todos já sabem, mas em relação aos outros colegas de profissão eles estão conscientes?

Bem, antigamente não eram conscientes, mas hoje se tem uma visão melhor da inclusão, mesmo porque todas as escolas devem ser inclusivas, antes tinha preconceito, muitos professores não queriam receber o aluno especial, mas por mais ignorância e hoje através de cursos se tem uma outra visão, antes também este aluno era jogado, porque as escolas não podiam recusar, apenas, avisava-se que o número de alunos iria ser reduzido, e no início tinha muita resistência, caso a adaptação fosse muito difícil, encaminhava-se para os Caic's, então, empurrava os alunos.

Você em relação a inserção dos alunos especiais você teve dificuldade de aceitação?

Não porque sempre trabalhei com ensino especial, mas sei que a realidade tem muita resistência por parte de alguns profissionais. A realidade de sala de aula é muito complexa, a gente sempre tem que estar disponível.

